Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quinta-feira, 1º de setembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.193
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

INÊS 249

DESAFIOS DE MOBILIDADE URBANA

Gestão do transporte será pública; iniciativa privada será só operadora. Por José Augusto Valente, **página 2**

IFRS 17 DESAFIA MERCADO SEGURADOR

Garantia de mais transparência. Por Alexandre Paraskevopoulos (foto) e Felipe Fieri Amado, **página 2**

MAIOR LEILÃO DE ARTE DA HISTÓRIA

Coleção do falecido cofundador da Microsoft, Paul Allen. Por Antonio Pietrobelli, **página 4**

Alta nos juros daria para pagar R$ 600 de Auxílio com sobras

Projeto do Orçamento prevê redução para R$ 405

O Governo Federal enviou ao Congresso, nesta quarta-feira, o projeto da Lei Orçamentária de 2023, que prevê salário mínimo de R$ 1.302, sem aumento real pelo quarto ano seguido. A proposta fixa em R$ 405 o valor do Auxílio Brasil no ano que vem, desmentido a promessa do presidente Bolsonaro de manter os R$ 600.

Serão gastos R$ 105,7 bilhões para pagar o Auxílio de R$ 405 a 21,64 milhões de famílias – 1,4 milhão a mais que atualmente. Em julho, o Ministério da Economia estimava serem necessários mais R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões para manter o valor atual.

A redução não se dá por falta de recursos. A proposta do Orçamento prevê que a Taxa Selic (juros básicos da economia) encerrará 2023 em 12,49% ao ano, contra projeção de 9,99% ao ano que constava na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Cada aumento de 1 ponto percentual na Selic representa elevar o gasto com juros em R$ 35 bilhões. Assim, apenas o aumento previsto nos juros representaria um aumento de despesa de R$ 87,5 bilhões.

O projeto também prevê R$ 19,4 bilhões para o orçamento secreto (emendas de relator, conhecidas pela sigla RP9). O Governo se limita a dizer que "envidará esforços" para levar o valor para R$ 600.

O projeto do Orçamento teve poucas alterações em relação às estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A projeção de crescimento do PIB foi mantida em 2,5% para 2023. A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, passou de 3,25% para 4,5% para o próximo ano. A previsão para o dólar médio caiu de R$ 5,35 para R$ 5,12.

Projeto prevêm déficit primário em 2023. **Página 3**

Rússia receberá US$ 10 bilhões em dividendos da Gazprom

O Governo da Rússia receberá quase US$ 10 bilhões (cerca de R$ 52 bilhões) em dividendos a serem pagos pela empresa de energia russa Gazprom, que divulgou um lucro líquido recorde de US$ 41,6 bilhões nos primeiros seis meses deste ano. O resultado veio na esteira dos aumentos dos preços do petróleo e do gás com o conflito na Ucrânia e as sanções impostas pelos Estados Unidos à Rússia. O Kremlin detém 49,3% da Gazprom.

Apesar das sanções, a Rússia aumentou as exportações de petróleo para a Ásia. A divulgação do lucro recorde levou as ações da empresa de energia a uma alta de mais de 27% no início das negociações na Bolsa de Moscou nesta quarta-feira.

No mesmo dia, a Gazprom, que é a maior produtora de gás da Rússia, iniciou a interrupção temporária nas entregas de gás através do gasoduto Nord Stream 1, para manutenção programada que vai durar até 3 de setembro, informou a agência de notícias Tass.

A única turbina a gás da Gazprom que permanece em operação passará por manutenção realizada pela empresa alemã Siemens. Segundo a Gazprom, as entregas de gás serão restabelecidas para 33 milhões de m³ diários, 20% da capacidade total do gasoduto.

Emprego no setor privado nos EUA perde ritmo

Empresas privadas nos Estados Unidos criaram 132 mil empregos em agosto, indicando um crescimento mais lento de postos em um mercado de trabalho apertado, informou a empresa de dados de folha de pagamento Automatic Data Processing (ADP) nesta quarta-feira.

"Nossos dados sugerem uma mudança para um ritmo mais conservador de contratação, possivelmente à medida que as empresas tentam decifrar os sinais conflitantes da economia", disse Nela Richardson, economista-chefe da ADP, à agência de notícias Xinhua. "Podemos estar em um ponto de inflexão, de ganhos de trabalho superaquecidos para algo mais normal", disse Richardson.

O crescimento do emprego desacelerou pelo segundo mês consecutivo, após um ganho de quase 270.000 empregos em julho, mostrou o relatório.

As grandes empresas contrataram 54 mil trabalhadores, e as empresas de médio porte adicionaram 53 mil. Pequenas empresas (com 1-49 funcionários) adicionaram 25 mil funcionários, mas aquelas com 1-19 funcionários cortaram 47 mil empregos, mostrou o relatório.

Enquanto isso, a mudança ano a ano no pagamento anual foi de 7,6% em agosto.

Apesar do crescimento mais lento do emprego, o número de vagas de emprego nos Estados Unidos subiu para 11,2 milhões no final de julho.

Queda do desemprego desacelera

Aumenta número de trabalhadores sem carteira

O desemprego no Brasil atingiu o menor índice desde o segundo trimestre de 2015, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do IBGE. A taxa de desocupação caiu para 9,1% no trimestre encerrado em julho, o que representa uma queda de 1,4 ponto percentual na comparação com o trimestre terminado em abril.

De acordo com o IBGE, o número de empregados sem carteira assinada no setor privado bateu recorde da série histórica com o aumento de 4,8% em relação ao trimestre encerrado em abril, chegando a 13,1 milhões de pessoas. Por outro lado, a taxa de informalidade teve leve redução, ficando em 39,8% da população ocupada, com 39,3 milhões de pessoas, contra 40% no trimestre anterior. A população fora da força de trabalho ficou estável em julho, com 64,7 milhões de pessoas.

O contingente de pessoas ocupadas chegou a 98,7 milhões, um recorde na série histórica, iniciada em 2012. Porém, o nível de ocupação, que indica o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, caiu 1,1 ponto percentual, para 57%, na comparação trimestral. Em relação ao trimestre encerrado em julho de 2021, a queda foi de 4,1 pontos percentuais.

Eduardo Vilarim, economista do banco Original, comenta que a taxa de desocupação veio acima do esperado, que era de 8,9%. "Embora o relatório demonstre um avanço do mercado de trabalho, o número não é tão positivo quanto parece nesta divulgação. A população ocupada avançou 2,2% frente ao trimestre móvel anterior, mas na série dessazonalizada a população ocupada avançou 'apenas' 0,25%, menor variação mensal desde agosto de 2020. Já a força de trabalho se manteve estável no período."

Para o economista, de modo geral, o número de julho demonstra sinais de arrefecimento da ocupação, indicando que a desaceleração de alguns setores como a indústria já reflete nas contratações.

Auditoria no Fundo Soberano não encontra falhas

O TCU realizou, sob a relatoria do ministro Bruno Dantas, auditoria para apurar eventuais responsabilidades por prejuízos no Fundo Soberano do Brasil, de 2008 a 2018. O trabalho de fiscalização avaliou o resultado patrimonial da gestão dos recursos alocados ao FSB durante a sua vigência.

A auditoria do TCU concluiu que a gestão do Fundo Soberano atingiu o rendimento mínimo exigido pelo ordenamento jurídico aplicável, e o Tribunal decidiu acolher as razões de justificativa de seis gestores.

O FSB, criado pela Lei 11.887/2008, era um fundo especial de natureza contábil e financeira, sem personalidade jurídica, com aporte inicial de R$ 14 bilhões. Ele foi extinto pelo governo Bolsonaro em 2019.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1790
Dólar Turismo	R$ 5,4050
Euro	R$ 5,2117
Iuan	R$ 0,7522
Ouro (gr)	R$ 287,97

ÍNDICES

IGP-M	-0,70% (agosto)
	0,21% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,46%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Desafios de mobilidade urbana e metropolitana para o próximo governo

Por José Augusto Valente

Milhões de moradores no Estado do Rio vivem, diariamente, um verdadeiro inferno, para se deslocar na sua cidade e entre cidades. O transporte público é um direito social garantido no Art. 6º da Constituição de 1988, atinente às condições ideais para a promoção básica da dignidade do ser humano. No entanto, são poucos os que conseguem usufruir desse direito.

Alguns indicadores de (má) qualidade nos trens da Supervia saltam aos olhos: longos tempos de espera, superlotação e dificuldade de acesso para as pessoas com restrição de mobilidade. Barcas e ônibus intermunicipais seguem nessa mesma toada. A integração entre esses modais é insuficiente ou inexistente. Os atuais operadores competem entre si, em cada modal, sem considerar o interesse dos usuários, que gastam boa parte das suas rendas financiando esses serviços de baixa qualidade.

O próximo governador deste estado precisa se espelhar nas melhores práticas existentes, como as de Santiago e Bogotá, entre outras. A Prefeitura do Rio já está seguindo este caminho, o que pode contribuir para garantir um sistema metropolitano eficaz, dado o peso que a capital tem na mobilidade da região metropolitana.

O primeiro pilar desse modelo é que a gestão do transporte será exclusivamente pública. O governador e sua equipe determinarão como, quando e sob quais indicadores de satisfação os veículos devem se comportar. A iniciativa privada participará apenas como operadora e não, como é hoje, a gestora do sistema. Receberá por produção e resultados, em vez de por passageiros transportados.

O governador deverá cobrar resultados de qualidade à sua equipe e aos operadores, porém garantindo recursos financeiros, organizativos e políticos para viabilizar esse projeto, que será revolucionário, embora conceitualmente simples.

E como criar essas condições? No primeiro dia de governo, é preciso enviar projeto de lei à Alerj criando o subsídio para financiamento do sistema, a ser garantido com recursos orçamentários existentes e outras fontes. Importante é que o usuário não seja mais o único financiador, arcando com todos os custos – diretos e indiretos.

> Gestão do transporte será pública; iniciativa privada será só operadora

O Fundo Estadual de Transportes complementará assim a receita proveniente da cobrança da tarifa com um valor necessário para manter o sistema funcionando, segundo o interesse público. O Fundo também será alimentado por outras fontes, como a elevação de receita proveniente do aumento de arrecadação de ICMS e receitas de estacionamento, entre outras possibilidades.

Ponto importante desta mudança, o sistema de bilhetagem digital, que permite ter o controle total do movimento de veículos e de passageiros, precisa estar nas mãos do poder público. Uma alternativa imediata seria a adesão do Governo do Estado ao novo sistema de bilhetagem digital, em implantação pela Prefeitura do Rio.

Por fim, para assumir com responsabilidade a gestão do sistema de transporte público, é preciso realizar rigorosa auditoria dos atuais contratos da Supervia, do Metrô, da Barca e dos ônibus intermunicipais, de forma célere, para permitir alterações contratuais que garantam a exclusiva gestão pública.

Finalmente, mas não menos importante, o governador deve chamar as entidades da sociedade civil para implementar, de fato, o necessário controle social e, com isso, criar as condições para a melhoria contínua do sistema.

José Augusto Valente, especialista em mobilidade e logística, foi presidente do DER-RJ e secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes.

Prestes a sair do papel no Brasil, IFRS 17 desafia mercado segurador

Por Alexandre Paraskevopoulos e Felipe Fieri Amado

A menos de seis meses para entrar em vigor, a IFRS 17 (International Financial Reporting Standards) mobiliza empresas de seguros e resseguros, especialmente as companhias globais, que deverão adotar a nova norma em 1ª de janeiro de 2023. No Brasil, as companhias nacionais ainda não têm prazo para adequação definido pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), mas o mercado doméstico também se movimenta para adesão a uma das maiores alterações já ocorridas no setor segurador, no âmbito regulatório e de reporte financeiro.

A IFRS 17 promove nas empresas do setor uma série de transformações contábeis, atuariais e tecnológicas para uma abordagem mais uniforme de avaliação e apresentação dos contratos de seguro, introduzindo um modelo geral para avaliação desses contratos. Com isso, a norma permite maior comparabilidade dos resultados entre companhias ao redor do mundo, o que vai atrair a atenção de investidores e usuários, auxiliando em importantes tomadas de decisão. A IFRS 17 muda a forma como os contratos de seguro são mensurados e apresentados, além da maneira como a seguradora faz a gestão de desempenho e controla os seus portfólios.

Antes da nova norma, as companhias seguradoras aplicavam a IFRS 4, que permitia que a contabilização de contratos fosse feita com base em normas contábeis nacionais, sujeitas a mudanças limitadas, tais como classificação de contratos, teste de adequação de passivos e maiores divulgações. Portanto, as diferentes abordagens contábeis e atuariais dos países, antes da adoção da IFRS 17, dificultavam a comparabilidade e a análise do desempenho financeiro entre seguradoras.

> Garantia de mais transparência sobre os resultados das companhias

Quando a IFRS 17 estiver plenamente implementada, um investidor conseguirá, por exemplo, analisar melhor itens como o balanço financeiro, a rentabilidade dos grupos de contratos, além de como os contratos emitidos por uma seguradora reagem a mudanças econômicas e não-econômicas. A base para comparação e as políticas contábeis serão mais uniformes para todas as empresas. Para o usuário final, trará a garantia de mais transparência sobre os resultados das companhias que emitem os produtos negociados no mercado.

A adesão à IFRS 17, contudo, não é simples. A começar pelo caráter multidisciplinar do pessoal que atua na implementação da norma. É preciso coordenação entre as áreas atuarial, de finanças, técnica, de gestão de riscos, tecnológica, de produtos e outras de suporte, como planejamento estratégico e auditoria interna. Dessa forma, a adoção plena e exitosa da IFRS 17 está condicionada à capacitação e retenção contínua desses profissionais. Contadores, atuários, CFOs e outros profissionais precisam entender como o resultado e a demonstração financeira e patrimonial das entidades funcionarão segundo essa nova norma.

Outro desafio é a forma como as seguradoras coletam, armazenam e analisam os dados, bem como desenvolvem seus modelos atuariais e contábeis. Isso envolve a atualização da tecnologia de seus sistemas e implementação de complexos motores e aplicativos de cálculo para organizar a quantidade e o detalhamento dos dados exigidos pela norma. A contratação ou aprimoramento das atuais ferramentas atuariais para os novos modelos de fluxo de caixa e para o cálculo da IFRS 17 são as prioridades para as empresas no momento de implementação.

Cabe mencionar ainda que, embora o prazo de vigência seja em 1ª de janeiro de 2023, as seguradoras deverão preparar os dados contábeis de períodos comparativos para as demonstrações financeiras. As seguradoras também trabalham na adoção da IFRS 9, que trata de instrumentos financeiros. São duas grandes normas, portanto, sendo implementadas de forma simultânea no setor. Isso vem gerando um esforço enorme por parte das companhias.

Inicialmente prevista para ser adotada em 2021, a IFRS 17 teve sua data efetiva prorrogada duas vezes, devido à complexidade de sua implementação, custos e solicitações feitas por diversos participantes de mercado. É pouco provável que ocorra novo adiamento, já que o mercado vem se preparando há, pelo menos, três anos para isso.

Complexa e desafiadora, a adoção à norma é uma mudança de paradigma no mundo de preparação de informações contábeis para mensuração de contratos de seguros, vista como essencial no processo de globalização dos mercados. É também uma oportunidade de aperfeiçoamento do ponto de vista de negócios, controles, tecnologia e gestão de pessoas nas companhias seguradoras.

Alexandre Paraskevopoulos é sócio-líder da indústria de seguros no Brasil e especialista em IFRS 17 e IFRS 9 na Deloitte.

Felipe Fieri Amado é sócio da prática atuarial e especialista em indústria de seguros na Deloitte.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Lula não pode continuar fugindo da corrupção

A estratégia de concentrar a campanha de Lula na crítica à fome e aos preços altos, contrastando com a época em que estava na Presidência, é apontada como correta pelos analistas. Mas o debate e a entrevista mostraram que o ex-presidente terá que enfrentar com outra estratégia o tema corrupção.

Os anos de massacre midiático não permitem ao PT driblar com facilidade as acusações, ao contrário do que ocorreu com Fernando Henrique Cardoso ou até mesmo Michel Temer, em seu curto período na cadeira do Planalto. Corrupção, aliás, é recorrente nas críticas da direita para emparedar a esquerda, sejam as denúncias verdadeiras ou não.

Não há fórmula fácil para Lula. Mas fingir que nada está ocorrendo não parece ser a melhor estratégia.

Privatizarei sua alma

Tudo bem que a carência de intenções de voto nas pesquisas não recomende dar muita atenção a Felipe D'Avila, do Novo, mas valia a pena algum candidato perguntar, para não deixar o proselitismo anti-Estado prosperar, se entre os cortes que ele defende estaria acabar com o SUS...

Viés de baixa

O primeiro emprego dos jovens das classes média e baixa vai de ruim a pior. Na década de 1980, a porta de entrada era o serviço bancário; foi sucedido pelo telemarketing, com salários mais baixos e menos perspectivas; agora são entregadores ou motoristas de aplicativo, sem qualquer direito trabalhista.

Tecido inteligente

O 3º Prêmio Patente do Ano – 2022 foi conferido aos inventores Eliane Ayres, Rosemary Bom Conselho Sales, Priscila Ariane Loschi e Rodrigo Lambert Oréfice e aos titulares Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

Eles desenvolveram um tecido inteligente capaz de controlar a temperatura do corpo, dependendo da sua composição química.

A premiação é uma ação promovida pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), com apoio do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). Neste ano, a premiação buscou invenções que foquem essencialmente na melhoria do bem-estar humano.

A fila anda

Ao listar, no debate da Band, países "tomados" pela esquerda – Chile, Argentina, Colômbia, Venezuela (esqueceu Peru e Bolívia), Bolsonaro revelou nações que escolheram governos progressistas para substituir a direita; quem sabe o Brasil será o próximo?

Rápidas

O Mackenzie receberá o presidente do New Development Bank (NDB, Banco dos Brics), Marcos Troyjo, para palestrar na Conferência Magna: "O novo capítulo da globalização: oportunidades para o Brasil", 16 de setembro, às 9h, no campus Higienópolis *** Supera e Américas Shopping dedicam setembro à conscientização à Doença de Alzheimer, com várias atividades *** Desta sexta a domingo, o Bangu Shopping receberá o Festival Brasaria, três dias de churrasco, música ao vivo e cerveja *** A startup Aplanet, que lançou uma ferramenta para calcular emissões de carbono, viu um aumento de 30% no faturamento do último trimestre, com a adesão de oito clientes, como os espanhóis Dominion e Metal Frame.

Orçamento de 2023 prevê déficit primário de R$ 63,7 bilhões

Valor, no entanto, considera Auxílio Brasil de R$ 400

Uma leve revisão para cima das estimativas de arrecadação no próximo ano fez a equipe econômica diminuir a estimativa de déficit primário para 2023. Segundo o projeto do Orçamento do próximo ano, enviado nesta quarta-feira ao Congresso, a meta de resultado negativo corresponderá a R$ 63,7 bilhões para o Governo Central – composto pelo Tesouro Nacional, pela Previdência Social e pelo Banco Central. O déficit será um pouco menor que o estipulado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, sancionada na semana passada. A LDO estipula meta de R$ 65,9 bilhões para o próximo ano.

Segundo a Agência Brasil, o déficit primário no próximo ano, no entanto, poderá ser maior. Isso porque o projeto enviado nesta quarta-feira ao Congresso considera o Auxílio Brasil mínimo de R$ 400, valor que vigorará a partir de 1º de janeiro. A eventual manutenção do benefício mínimo em R$ 600, valor pago neste semestre, requer que o Congresso Nacional aprove proposta de emenda à Constituição.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Desde 2014, o setor público registra déficits primários. Para 2022, existe a possibilidade de que o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – feche o ano com superávit primário, conforme admitiu nesta terça-feira (30) o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle.

Apesar da chance de melhora nas contas públicas neste ano, o projeto do Orçamento prevê déficit primário de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) em 2022 e 2023, com projeção de superávit primário de 0,3% em 2024, quando as contas públicas voltariam a ficar positivas

Auxílio Brasil

A Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia apresentou uma estimativa do impacto do Auxílio Brasil de R$ 600 nos gastos do governo no próximo ano. Segundo o órgão, a manutenção do valor do benefício custaria 0,48% do PIB em 2023, elevando as despesas totais no próximo ano de 17,6% para 18,1% do PIB, o que faria o déficit primário de 2023 subir de 0,6% para 1,1% do PIB.

Mesmo com o Auxílio Brasil de R$ 600, os gastos do governo cairiam em relação a 2022. Para este ano, a equipe econômica estipula que as despesas ficarão em 18,9% do PIB. Em relação às receitas, a proposta prevê uma queda de 18,2% para 17% do PIB. Isso porque o projeto engloba desonerações de R$ 80,2 bilhões.

Da desoneração total de R$ 80,2 bilhões, R$ 52,9 bilhões corresponderiam à prorrogação das reduções de tributos sobre os combustíveis, R$ 17,2 bilhões para medidas de incentivos a setores específicos da economia e R$ 10 bilhões de reduções de impostos para toda a população.

Contas públicas têm superávit de R$ 20,4 bilhões

As contas públicas fecharam o mês de julho com saldo positivo, resultado, principalmente, do aumento da arrecadação do Tesouro Nacional. O setor público consolidado, formado por União, estados, municípios e empresas estatais, registrou superávit primário de R$ 20,440 bilhões no mês passado, ante déficit primário de R$ 10,283 bilhões em julho de 2021, segundo dados divulgados nesta quarta-feira pelo Banco Central (BC).

Em 12 meses, encerrados em julho deste ano, as contas acumulam superávit primário de R$ 230,554 bilhões, o que corresponde a 2,48% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

A meta para as contas públicas deste ano, definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é de déficit primário de R$ 177,5 bilhões para o setor público consolidado. Em 2021, as contas públicas fecharam o ano com superávit primário de R$ 64,7 bilhões, 0,75% do PIB.

STF confirma condenação do candidato a vice de Castro no RJ

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou ontem a condenação de Washington Reis (MDB), ex-prefeito de Duque de Caxias e candidato a vice-governador na chapa do atual governador Cláudio Castro, que disputa a reeleição.

Em tese, Reis se torna inelegível com a decisão, enquadrando-se na Lei da Ficha Limpa, podendo ter seu registro de candidatura negado pela Justiça Eleitoral. Caberá ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) avaliar se ele poderá ou não ser candidato a vice-governador. Antes do julgamento no Supremo, o Ministério Público Eleitoral já pediu que ele tenha o registro negado.

Reis foi condenado em 2016, pela própria Segunda Turma do STF, por crimes ambientais e parcelamento irregular do solo, ocorridos entre 2005 e 2009, no primeiro mandato dele como prefeito de Duque de Caxias. O caso envolve o loteamento de um conjunto habitacional e foi julgado no Supremo porque, no momento da denúncia, o político era deputado federal.

A defesa de Reis entrou com dois embargos de declaração contra a condenação, sendo que o último foi julgado nesta terça-feira (30), o que resulta no trânsito em julgado do caso (quando não há mais recursos possíveis).

Os advogados alegaram que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) depois revogou resoluções com exigências ambientais para empreendimentos de grande impacto, próximos a unidades de Conservação. Isso anularia os supostos crimes ambientais praticados, argumentaram os defensores.

O relator do caso no Supremo, ministro Edson Fachin, votou pela rejeição do último embargo. Ele afirmou que a questão das resoluções do Conama foi julgada no momento da condenação e também no primeiro recurso, e que a defesa buscava somente adiar a aplicação da pena. Fachin foi seguido por Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Foram votos vencidos os dos ministros Nunes Marques e André Mendonça.

LEILÕES & COMPANHIA

Antonio Pietrobelli
pietrobelliantonio1@gmail.com

O maior leilão de arte da história

A casa de leilões Christie's anuncia a venda da coleção de arte do falecido Paul Allen, cofundador da Microsoft, avaliada em US$ 1 bilhão (R$ 5,11 bilhões). Será o maior leilão de arte da história. Está sendo comunicado que os lucros da venda, que acontecerá em novembro, vão ser doados para instituições de caridade, como queria Allen.

A coleção inclui obras-primas de Botticelli (1445–1510), Renoir (1841–1919), David Hockney (1937) e Roy Lichtenstein (1923–1997). Também destaca-se que entre os quadros está *La Montagne Sainte-Victoire*, do pintor francês Paul Cézanne (1839–1906), avaliado em mais de US$ 100 milhões

Allen, que fundou a Microsoft em 1975 com seu amigo de infância Bill Gates, morreu em 2018, aos 65 anos.

Oportunidade de apto na Vila Kosmos

Rodrigo Portela (portellaleiloes.com.br) informa a realização de leilão do apartamento 701 na Rua André Cavalcanti, 158 – Bloco A – Vila Kosmos. O imóvel é de fundos, localizado no 7º pavimento, com uma área edificada de 63m². Tem: sala, três quartos, cozinha, banheiro e área de serviço com tanque. Edifício em padrão antigo, sob pilotis, com estrutura de concreto armado e alvenaria de tijolos, constituída de três blocos, com dez pavimentos, tendo quatro unidades por andar cada.. É servido por dois elevadores com capacidade para seis passageiros cada, sendo um destinado a uso social e outro para serviço. Avaliação: R$ 731.050,00. Leilão em andamento.

Anúncio de apartamento nas Laranjeiras

Ana Lucia Gomes de Sá (ssl1.visar.com.br/analucialeiloeira.com.br) anuncia leilão do apartamento 706 na Rua das Laranjeiras, 478. Área edificada de 86m², sendo unidade residencial, posicionamento de fundos, sem direito a vaga de garagem, 3 quartos, 1 banheiro social, área de serviço com banheiro de empregada. Avaliação: RS 600.000,00. Leilão em andamento.

Destaque de apartamento no Andaraí

Sérgio Represas (sergiorepresasleiloes.com.br) destaca o leilão do apartamento 408, na Rua Barão de Mesquita, 280, no Andaraí (RJ). Tem direito a vaga no subsolo. O edifício possui 12 andares, 8 apartamentos por andar, play, salão de festas, 3 elevadores (2 sociais e 1 de serviço), portaria 24 horas. Avaliação: R$ 430.000,00. Leilão em andamento.

Oferta no Flamengo

Jonas Rymer (rymerleiloes.com.br) comunica a realização de leilão de apartamento vazio com 205m² e vaga na Rua Senador Vergueiro, 69, Condomínio do Edifício Ajax, apto 302, Flamengo/RJ. O prédio possui 12 pavimentos, contendo 2 apartamentos por andar, portaria 24 horas e 2 elevadores. O imóvel está estabelecido em ótima localização, próximo a pontos de interesse tais como Parque do Flamengo, Praia do Flamengo, farmácias, mercados, academias. Além de amplo acesso a meios de transportes públicos, incluindo a estação de Metrô do Flamengo. Avaliação: R$ 2.042.823,70. Leilão em andamento.

Promoção de imóvel no Itanhangá

Valeria Khan (mvleiloes.com.br) promove leilão do imóvel situado na Avenida Josemaria Escrivã, Bl 05, apto 808. Área edificada de 62m², idade do imóvel 2001, inserido em condomínio denominado Moradas do Itanhangá, composto de oito blocos, ajardinado, área coletiva com piscina, sauna, quadra e parquinho. Área do bloco 05, churrasqueira, salão de festa, bicicletário. Valor da avaliação em R$ 180.000,00. Leilão em andamento.

Consumidores retornam para as lojas físicas

Segundo o estudo mensal de julho do Radar Scanntech foi possível perceber aumento do fluxo nas lojas em julho de 2022. Já as unidades por tíquete permaneceram estáveis, mesmo que ainda em retração em comparação a julho 2021, patamares similares ao comportamento de compras antes do isolamento social.

Outro dado do levantamento é que a Região Metropolitana de São Paulo foi a localização que mais acelerou seu crescimento (6 p.p.) de vendas em valor em julho de 2022. O Nordeste também melhorou o seu desempenho (2,9 p.p.), superando regiões como Sul e Leste nesse comparativo de curto prazo.

Já levantamento do Instituto de Economia Gastão Vidigal da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) projeta crescimento de 29,6% do volume de vendas dos brechós em 2022 e já estima que o mercado de roupas usadas pode ultrapassar o varejo de moda em 2024 e ultrapassando o valor do setor de fast fashion até 2030.

Sondagens feita pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec-RJ), ligado à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, entre 1º e 8 de agosto revelam confiança e otimismo de empresários do comércio com seus negócios. Entre os 688 empresários do setor de serviços consultados a pesquisa mostra otimismo nos últimos três meses na comparação com o levantamento anterior. 37,8% disseram que a situação melhorou ou melhorou muito, contra 36,2% de julho. A nova sondagem revela que 28,3% relataram que a situação piorou ou piorou muito, enquanto esse índice na pesquisa anterior era 30,1%.

Para os próximos três meses, o otimismo apresentou uma ligeira queda. De acordo com a pesquisa, 79,7% acreditam que a situação de seus negócios melhore ou melhore muito. No levantamento anterior, mostrava que o índice era de 81,5%. O número de entrevistados que acreditam que a situação piore ou piore muito nos próximos três meses aumentou de 5,9% em julho para 7,1% em agosto. Em comparação com agosto de 2021, a situação melhorou 14 pontos.

Já entre os 294 empresários do comércio de bens, serviços e turismo, 37,1% dos consultados disseram que a situação melhorou ou melhorou muito nos últimos três meses, índice estável em relação ao levantamento anterior (37%). 32,3% afirmaram que a situação piorou ou piorou muito, contra 29,1% da última pesquisa.

Em relação à situação futura, 83,7% dos entrevistados esperam que a situação melhore ou melhore muito nos próximos três meses, índice parecido com julho (83%). Acreditam que vai piorar ou piorar muito, 7,5%, contra 6,6% do mês anterior.

Se comparada ao mesmo período do ano passado, o índice apresentou aumento de 15 pontos no que diz respeito a melhora da situação.

Para os próximos três meses, 69,3% dos empresários do setor de serviços acreditam que a demanda aumentará ou aumentará muito. Apenas 8,1% esperam que a demanda diminuirá ou diminuirá muito. Nos últimos três meses, 32,2% dos empresários disseram que a demanda aumentou ou aumentou muito, enquanto 32,3% afirmaram que diminuiu ou diminuiu muito.

A quantidade de empresas que não ficaram inadimplentes nos últimos três meses em agosto diminuiu em relação a julho. Neste mês, 49,1% dos empresários disseram estar sem dívidas, contra 50,6% do mês passado. Os pouco inadimplentes somam 22,3% e os muito inadimplentes são 28,5%. Das empresas que tiveram dívidas, os cinco principais gastos estão associados a bancos comerciais (34,4%), aluguel (32,3%), tributos federais (30,6%), fornecedores (26,2%) e luz (25,9%).

Julho teve crescimento de 54% em alimentação fora do lar

O segmento de alimentação fora do lar teve resultado positivo em junho. De acordo com o FoodCheck Macrotrends, pesquisa de monitoramento das vendas de categorias de produtos do foodservice, realizada pelo Instituto Foodservice Brasil (IFB), o setor teve um crescimento de 54% nas compras realizadas por operadores em relação ao mesmo período de 2021.

Se comparadas com junho de 2020, período de pico da pandemia e com severas restrições sanitárias nos estabelecimentos comerciais, o salto foi de 131% nas compras do setor. O crescimento é observado em todos os grupos de categorias.

Quando comparado com maio deste ano, junho teve um aumento mais tímido, com 5%. No balanço dos últimos três meses, as compras de produtos para canais distribuidores, atacado e indústria apresentaram lenta recuperação. A retomada mais devagar pode ter sido influência da pressão que as famílias brasileiras estão sofrendo com a alta da inflação e dos combustíveis no país.

Apesar do cenário, houve crescimento em todas as regiões do Brasil no comparativo com junho de 2021 e principalmente em relação ao mesmo mês de 2020. Este ano, o maior share se apresenta na Região Sudeste do país, com 50% das compras, seguida do Sul, com 32%. Nordeste tem 7% do share, Norte, 6% e Centro-Oeste, 5%.

No comparativo de share valor contra o mesmo mês do ano passado, os destaques para ganho são os grupos farináceos e lácteos, enquanto os grupos que tiveram maior perda foram proteínas e grãos. Os produtos que apresentaram maior alta em junho foram: cerveja, maionese, ketchup, margarina e farinha de trigo. Por outro lado, azeite, refrigerante, salame e extrato de tomate apresentaram redução nas compras.

O estudo ainda evidencia desempenho positivo em relação ao mesmo mês do ano passado, mas agora com crescimento mais equilibrado entre os operadores. Padarias, restaurantes e lanchonetes se destacaram em junho, com o maior crescimento mensal do ano.

O monitoramento é feito com 93 categorias agrupadas em 13 grandes grupos de alimentos: aperitivos congelados, atomatados, bebidas, condimentos, farináceos, gorduras, grãos, lácteos, ingredientes secos, como açúcar, café, fermentos e outros, proteínas, pães e massas, embutidos e outros, que englobam 48 categorias agrupadas, desde achocolatados prontos para beber, azeitonas, chocolates em barra, seletas de legumes e diversos. As principais métricas do estudo são o share valor e a variação indexada a ele.

Participaram da pesquisa mais de 25 mil estabelecimentos em mais de 2,5 mil cidades brasileiras, representando em torno de 10% das compras feitas nos restaurantes do Brasil.

Correios e Naturgy vão prestar serviço de Balcão do Cidadão

Os Correios assinaram com a Naturgy um contrato comercial para o serviço de Balcão do Cidadão. O objetivo é facilitar o acesso dos serviços aos clientes da distribuidora de gás no Rio de Janeiro por meio da capilaridade das agências dos Correios. Esta é a primeira vez que os Correios prestam serviço de Balcão do Cidadão para uma concessionária no estado do Rio.

Com a parceria, os Correios passam a integrar os canais de atendimento aos clientes da Naturgy para a prestação dos serviços de segunda via de conta, emissão de débitos, entre outros serviços, ampliando a capilaridade da rede de atendimento da Naturgy, gerando maior comodidade e conveniência à população, além de proporcionar acesso aos serviços àqueles que não possuem meios digitais ou familiaridade com o autosserviço online.

De acordo com a country manager da Naturgy, Kátia Repsold, para usar o serviço, basta o usuário final dirigir-se a uma Agência dos Correios habilitada para sua prestação munido de documentos pessoais com foto e o número do CPF. Kátia Repsold disse ainda que os Correios sempre foram um símbolo do nosso país. "Esta parceria, portanto, muito nos honra e vem somar para a população do estado do Rio de Janeiro", disse a executiva.

O contrato foi assinado no Centro Cultural Correios, no Centro do Rio, com a presença do presidente dos Correios, Floriano Peixoto Vieira Neto, o superintendente estadual da empresa no Rio de Janeiro, Ricardo Fógos, a country manager da Naturgy, Kátia Repsold, entre outros convidados.

O presidente dos Correios finalizou o evento afirmando que o Balcão do Cidadão aumentará a capilaridade da concessionária facilitando as interações com seus clientes. "O Balcão do Cidadão integrará e conectará ainda mais a Naturgy aos seus usuários, tornando os Correios um ponto importante na prestação de multisserviços, colocando em prática a Centralidade do Cliente, valores comuns às duas empresas", mencionou o gestor.

A importância do seguro no planejamento financeiro, pessoal e familiar

'Seguros, Previdência Privada e Saúde. Pra tudo e pra todos'. É com esse mote que a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), com apoio das federações associadas FenSeg, FenaPrevi e FenaSaúde, lança sua campanha institucional na tv, rádios, mídias sociais e mídia offline. A campanha casa com a chegada do novo presidente e com a mudança estratégica da Confederação de mostrar à sociedade que o seguro pode ser acessível e adequado a diversos perfis.

A estimativa é que a ação impacte mais de 57 milhões de brasileiros, considerando o plano de mídia abrangente que inclui TVs aberta e fechada, rádios, mídias sociais, redes de pesquisa e display, mídias Out of Home (OOH) no metrô das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, além do aeroporto de Brasília. Também terá um hot site com diversos conteúdos informativos e depoimentos de usuários de todo tipo de seguro disponível no mercado.

"A campanha que estamos lançando marca um novo momento da CNseg, um momento que queremos reforçar a imagem de um setor relevante para economia brasileira, uma indústria que devolve à sociedade, por ano, mais de R$ 300 bilhões em indenizações, benefícios e resgates de seguros de vida, rural, saúde, carro, proteção contra inadimplência e tantos outros, além de empregar mais de 250 mil pessoas de forma direta e indireta. A sociedade terá oportunidade de entender um pouco mais os nossos produtos e serviços", explica o presidente da Confederação, Dyogo Oliveira.

De maneira sensível e reflexiva, a campanha vai durar três meses e vai ressaltar a importância do brasileiro de contar com produtos como previdência privada, seguro de vida e residencial, além de plano de saúde, no planejamento financeiro pessoal e familiar.

"O setor se une em uma comunicação integrada, convergente e que fale de diversos segmentos. Quando falamos de educação em seguro, falamos também de cidadania, abordando questões relevantes como mutualidade, cuidados com a saúde, proteção da família e do próximo, e até de bens. Como uma entidade que representa nacionalmente o setor, temos o compromisso em reafirmar esses valores essenciais", destaca Alexandre Nogueira, diretor de Marketing da Bradesco Seguros e presidente da Comissão de Comunicação e Marketing da CNseg (CCM).

A campanha foi desenvolvida pela agência de publicidade Repense e reúne uma série de peças que contextualizam o uso dos tipos de seguro em um universo lúdico. Nas peças são traçados paralelos entre as brincadeiras e os estilos de vida pessoal e profissional de cada pessoa. O plano de mídia envolve uma estratégia robusta de comunicação: foram produzidos filmes de 45", 30" e 15", 'card' para redes sociais, spot para rádios, peças para OOH (out of home).

A capitalização e seu universo de oportunidades

O mercado de Capitalização vem combinando investimentos em soluções de negócios para consumidores e empresas, sempre associando um componente de premiação. Este contexto faz com que setor se desenvolva e aprimore o relacionamento estimulando desde a formação de reservas que conferem mais proteção e segurança às famílias, até o engajamento em causas sociais. A frase anterior reforça o princípio da existência da Capitalização no Brasil que evolui, há quase um século, ofertando produtos essenciais ao crescimento, à construção de um cenário de esperança e à realização de sonhos.

Dessa forma, podemos afirmar que a Capitalização é uma oportunidade de negócios baseada em duas vertentes: a de promover aspectos essenciais na vida da população (como importante ferramenta de disciplina financeira, de garantia de contratos como os de locação de imóveis, de promoções comerciais e doações para terceiro setor e a de motivar os titulares dos produtos participarem de sorteios (uma característica há décadas incorporada pela sociedade brasileira).

Essas duas correntes fizeram com que de janeiro a junho de 2022 fosse registrado um vigoroso crescimento do setor, apesar dos grandes desafios da economia brasileira diante do cenário da crise mundial, sobretudo no controle da inflação, assim como na geração de emprego e renda. Eles demonstram também o esforço que os brasileiros têm em buscar formas que permitam o acúmulo de reservas financeiras. Por toda a complexidade do momento, é mais importante a direção do que a intensidade. Em outras palavras, 2022 será um ano de crescimento para o setor e de mudança na vida das pessoas.

Cabe destacar que os títulos de Capitalização, como um importante item para as reservas técnicas do país, também movimentam a economia e a poupança interna, incentivando os investimentos necessários para a superação de momentos desafiadores como o atual. O resultado positivo de norte a sul no primeiro semestre do ano fez o setor atingir R$ 13,56 bilhões em receita, alta de 17,25% sobre igual período de 2021, de acordo com os dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Esse crescimento permitiu injetar na sociedade um volume de recursos da ordem de R$ 10,65 bilhões oriundos de sorteios e resgates. Foram R$ 9,92 bilhões (+3,8%) em resgates e R$ 733 milhões (+15,7%) nos sorteios, que chegaram ao mercado em forma de investimento e consumo até junho deste ano. As reservas técnicas, que medem a robustez financeira do setor, avançaram 6,2% para o maior patamar da história: R$ 34,7 bilhões.

Historicamente, o mercado de Capitalização sempre teve presença na economia do país, e o Marco Regulatório do setor, de 2018, veio normatizar e dar ainda mais transparência a isso. As mudanças regulatórias também permitiram ao setor ampliar as opções que, acopladas a outros segmentos, trazem um universo de soluções aos consumidores.

Essas novas regras aprimoraram ainda mais a capacidade empreendedora e a forma de a Capitalização olhar com profundidade as demandas e necessidades da população e de seus mercados. O setor, por exemplo, precisou realizar grandes investimentos em plataformas digitais. Isso resultou em mais transparência e maior agilidade nos processos e descentralização da atividade. Como resultado positivo, a inovação permite ao cliente comprar um título de qualquer lugar pela internet e até receber quase que instantaneamente o valor de uma eventual premiação.

Aprimorar os mecanismos de relacionamento com o consumidor e oferecer soluções mais ágeis têm sido determinantes para a sustentabilidade do mercado em níveis positivos de crescimento. Os títulos de Filantropia Premiável – em que o consumidor cede o direito do resgate de sua reserva para uma instituição previamente credenciada pelas empresas de Capitalização, permanecendo com o direito de concorrer a prêmios – são um exemplo de sucesso desta nova era da Capitalização.

A Filantropia Premiável registrou crescimento de 15,5% sobre igual período de 2021, totalizando R$ 1,58 bilhão, e se mostra cada vez mais relevante no mercado. Em maio deste ano, teve as regras aprovadas pelo Congresso e sancionadas pela Presidência da República (por meio da Lei 14.332). Isso definitivamente robustece a segurança jurídica da modalidade que direcionou um volume de recursos de R$ 720 milhões às organizações filantrópicas no primeiro semestre, fazendo da Capitalização um dos grandes direcionadores de recursos a projetos sociais.

Outras duas modalidades se apresentam como importantes aliadas estratégicas das empresas do setor: o Instrumento de Garantia e o Incentivo. Junto com a Filantropia, eles fazem com que estejamos cada vez mais próximos desses futuros consumidores - aqueles da geração antenada aos aspectos ESG, com trabalho por propósito, equilíbrio e qualidade de vida, que valorizam experiência, agilidade e conveniência, que buscam marcas e serviços alinhados aos seus estilos e essência.

Temos pela frente o desafio de rejuvenescer a nossa base de clientes e estreitar ainda mais o relacionamento para atrair mais fãs da Capitalização. Mas entendemos que aprimorar os mecanismos de aproximação com o consumidor e oferecer soluções mais ágeis e completas serão determinantes para a sustentabilidade do mercado.

Nossa aposta é estimular um ambiente de inovação e geração de negócios, valorizando ainda mais o resiliente e fundamental papel do nosso setor para a disciplina financeira. É preciso reforçar a Capitalização como segmento que promove negócios com aspecto lúdico dos sorteios. Contamos, assim, com o apoio das associadas, que são vitais nesta jornada de compreensão das necessidades das pessoas.

Marcio Coutinho - Vice-presidente da Federação Nacional de Capitalização e diretor da Capemisa Capitalização

GAUGAMELA PARTICIPAÇÕES LTDA.
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA
CNPJ/MF Nº 10.265.772/0001-09 E RCPJ Nº 230.840
REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL
DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Aos 08 de agosto de 2022, a integralidade dos sócios quotistas da GAUGAMELA PARTICIPAÇÕES LTDA, aprovaram a redução de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no capital social da sociedade. A redução do capital social de R$ 17.593.837,23 (dezessete milhões quinhentos e noventa e três mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos) para R$ 7.593.837,23 (sete milhões quinhentos e noventa e três mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos) se deu em razão de perdas irreparáveis, na forma do art. 1.082, I do Código Civil. A redução importou na diminuição da participação societária da sócia FORESCOPE INTERNATIONAL LTD, Inscrita no CNPJ sob o n.º 27.533.119/0001-86 que passou a ser de R$ 6.283.837,23 (seis milhões duzentos e oitenta e três mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e ter centavos).

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A
CNPJ nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 33.3.0016564-9

Edital de Convocação. Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 09/09/2022, às 11 h, na sede da sociedade à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, Km 91, Bananeiras, Araruama/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** realização, pela Cia., da sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no valor total de R$155.091.000,00 ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), nos termos do art. 59, caput e §1º, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada, bem como dos termos e condições da Emissão a serem deliberados na AGE; **(ii)** autorização à diretoria da Cia. ou a seus procuradores, para praticar(em) todos e quaisquer atos necessários à formalização, efetivação e administração das deliberações da AGE; e **(iii)** ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria com relação às deliberações acima. Araruama, 29/08/2022. Carlos Alberto Vieira Gontijo - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor.

SAMOC S/A
SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRÚRGICA
CNPJ Nº 33721226/0001-30 - NIRE: 33300135740

Edital de Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados para **AGE**, a ser realizada no dia 12/09/22 às 14h, em 1ª Convocação deverá conter quórum mínimo de 2/3 do capital votante na Rua Sílvio Romero, nº 44, 5º andar, Santa Teresa - Rio de Janeiro - em cumprimento ao art. 132 da Lei nº 6404/76 alterada pela Lei nº 10.303/2001, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Deliberação única - aumento do capital social com a integralização do valor R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), que está em conta de AFAC, passando o capital social **de** R$ 4.484.480,00 (quatro milhões e quatrocentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta reais) **para** R$ 5.084.480,00 (cinco milhões, oitenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta reais). José Roberto Scaf – Diretor Administrador.

VANGUARDA RIO GRÁFICA S/A
CNPJ/MF N.º. 33.067.216/0001-23 / NIRE 33.3.0006637-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas convocados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 23 de setembro de 2022, às 10:30 horas, na sede da Companhia, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Inhaúma, nº 134 – Sala 1227 – Centro, com o objetivo de deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: Em assembleia Geral Ordinária: a) Tomada das contas da Administração, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e do relatório da Administração, referente aos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021; b) Eleição dos Diretores; c) Estabelecimento dos honorários da Diretoria. Instruções Gerais: Os instrumentos de mandato para representação deverão ser depositados no endereço indicado com até 48 horas de antecedência. As Demonstrações Financeiras estarão a disposição dos acionistas no endereço indicado. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2022.
José Henrique Martins Leão Teixeira - Diretor Presidente.

LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL SANDRA REGINA SEVIDANES
Matricula 165 - JUCERJA

Leilão presencial e online 06/2022: a ser realizado em **21/09/2022**, às 10:00h, veículos conservados e sucatas inservíveis, Estrada Governador Chagas Freitas, nº 2.700, CEP 27.351-720 - Colônia - Barra Mansa - RJ (**Salão de Festas - Joana Reis Buffet**). Descrição detalhada e termo de condições do leilão **www.brbid.com** (21) 4141-9041/9042.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL
REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à CARVALHO HOSKEN S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, na pessoa de seu representante legal, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0003646-37.2001.8.19.0209) proposta por AUGUSTO CESAR HENRIQUES contra CARVALHO HOSKEN S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, na forma abaixo: A DRA. BIANCA FERREIRA DO AMARAL MACHADO NIGRI, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **13.09.2022** e **15.09.2022, às 13:30 horas,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pelo Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA,** inscrito na JUCERJA sob o nº 055, será apregoado e vendido, o Apartamento 1703 – Bloco 01, do edifício situado na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 350, Empreendimento Península, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 5.313.264,48 (cinco milhões, trezentos e treze mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

Rede de franquias do RJ faturou R$ 4,2 bi no 1º trimestre

Tintas MC participa pela primeira vez da ABF Rio

A Tintas MC líder do segmento de varejo de tintas no Brasil, com mais de 170 lojas em 11 estados e Distrito Federal, participa pela primeira vez da feira ABF Rio, que acontece de 15 a 17 deste mês, no Expo Mag, no Rio de Janeiro. Para o CEO da rede, Renato Sá, esse evento é fundamental para apresentar os modelos de negócio e todas as vantagens oferecidas aos franqueados. "O Rio de Janeiro é muito importante para nós, e nossa meta durante este evento é abrir a primeira unidade no estado. Nossas pesquisas deixam claro que a região é carente de uma loja especializada nesse segmento", explica Renato.

O Estado do Rio de Janeiro apontou, no 1º trimestre de 2022, frente a igual período do ano passado, um crescimento de 28,3 % no faturamento geral das redes de franquias, com mais de R$ 4,2 bilhões de receita. Em número de unidades, o mercado fluminense expandiu 16,9%, totalizando 17.294 operações.

Só o setor de construção civil cresceu, nos últimos 12 meses, 10,5%, segundo pesquisa da ABF. Por isso, o CEO da Tintas MC acredita que os diferenciais da sua franquia e os resultados econômicos positivos alcançados pelos franqueados de outros estados, vão gerar muito interesse entre os empreendedores locais. Entre esses diferenciais está o *cashback* (dinheiro de volta) que o franqueado recebe. O valor pode variar entre R$ 30 mil a R$ 50 mil, que são revertidos em produtos para o pdv (preço de venda). "Até onde sabemos, a Tintas MC é a única empresa do seu segmento a usar esse benefício. E isso só é possível porque temos uma negociação diferenciada com os fornecedores, em decorrência dos mais de 58 anos de tradição e solidez neste mercado. O *cashback* vale tanto para os franqueados que montam a primeira loja, como para aqueles que adquirem novas unidades", explica o CEO.

Para Renato, o *cashback* tem sido um grande incentivo para os empreendedores fecharem com a Tintas MC. "Com isso o prazo de retorno do investimento diminui e o franqueado consegue utilizar o cashback e potencializar sua loja com ações de marketing locais", explica. A estimativa é que cerca de R$ 3 milhões já foram devolvidos até o momento.

Além do *cashback* a empresa também tem um amplo trabalho de EAD, o ALIAR+, uma plataforma com diversos treinamentos voltados para novos funcionários e para a reciclagem daqueles que já são colaboradores, além de beneficiar os franqueados e os que trabalham em suas lojas. Futuramente, a Tintas MC quer agregar outros públicos, como pintores e arquitetos.

O faturamento da franquia cresceu 100%, em 2021, um número que contrapõe todo o cenário negativo que rodeou a indústria e o setor de serviços, durante o ano passado. "Esse salto se deve ao fato do nosso setor não ter parado durante a crise sanitária, pois é um segmento classificado como essencial. Além disso, conseguimos levar para os nossos franqueados uma gestão de custos muito assertiva, que olhou em detalhes onde cada real era gasto, e onde era possível economizar ou negociar. Com essa proatividade conseguimos um fôlego financeiro que resultou em um crescimento no faturamento de cada loja", explica Renato.

A grande surpresa para os empreendedores que visitarem o estande da Tintas MC é o desconto de 10% na taxa da franquia. Esse benefício será dado para aqueles que visitarem o estande, se cadastrarem e postarem uma foto marcando a @tintasmc_oficial.

"Hoje temos mais de 170 lojas pelo Brasil. Somos uma das maiores varejistas do setor da América do Sul, e sabemos que nossos diferenciais passam pelo atendimento e todo valor agregado ao negócio. Por isso, acreditamos que nesta feira vamos conseguir atingir o objetivo de consolidar nosso plano de expansão em todo país. A nossa meta é crescer o número de unidades em 50%", exalta Renato Sá.

A Tintas MC atua no mercado de tintas imobiliárias, industriais, repintura automotiva, acessórios e ferramentas profissionais, sempre revendendo as melhores e mais conceituadas marcas disponíveis no mercado. A Tempresa tem 170 lojas localizadas nos estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Bahia, Rondônia, Tocantins e Distrito Federal.

Justiça do Trabalho não pode executar empresas em recuperação judicial

Não é novidade que uma empresa em processo de recuperação judicial receba da Justiça do Trabalho a execução de seus bens, ou dos sócios, para o pagamento de ação trabalhista. Para o especialista em Direito Empresarial, Fernando Brandariz, a Justiça do Trabalho deve cumprir a lei da recuperação judicial, que define a competência do juízo da recuperação para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial.

"A justiça do trabalho precisa entender que a responsabilidade dos sócios por dívidas da sociedade é exceção e não a regra", diz o advogado. Quando a empresa está em processo de recuperação judicial, o correto é o credor trabalhista habilitar o seu crédito no processo e não ingressar contra o patrimônio dos sócios, pontua o especialista. "Para que os bens dos sócios sejam responsabilizados, é necessário comprovar a má administração da empresa praticando fraude e abuso do direito. Se entendermos ao contrário, perde a razão de ser da lei", fala Brandariz.

A lei de recuperação judicial contempla os débitos trabalhista determinando que, o prazo para o pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, vencidos até a data do pedido de recuperação judicial, não poderá ser superior a um ano.

"O prazo poderá ser estendido em até dois anos, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, cumulativamente: apresentação de garantias julgadas suficientes pelo juiz; aprovação pelos credores titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho, e garantia da integralidade do pagamento dos créditos trabalhistas", conclui Brandariz, especialista em Direito Processual Civil, Direito Empresarial, Direito Internacional e presidente da Comissão de Direito Empresarial da subseção Pinheiros OAB-SP,

SOENERGY

SOENERGY
Sistemas Internacionais de Energia S.A.
CNPJ nº 03.818.451/0001-29

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - *Em MR$*

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
ATIVO		**101.916**	**108.249**	**121.332**	**124.278**
Circulante		**76.125**	**75.596**	**95.320**	**93.944**
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.238	22.778	12.731	28.277
Contas a receber de clientes	6	27.878	33.628	34.287	36.198
Adiantamento a fornecedores		2.628	2.424	7.713	5.475
Impostos a recuperar e encargos	7	18.288	3.224	24.345	5.670
Estoques	8	14.048	11.821	14.967	16.233
Contas a receber interCia. 17		367	260	367	371
Outros créditos	10	678	1.461	910	1.720
Não circulante		**25.791**	**32.653**	**26.012**	**30.334**
Outros Créditos	10	1.288	1.319	1.322	1.384
Contas a receber de clientes não circulante	6	98	1.022	98	1.022
Impostos a recuperar e encargos	7	2.774	2.758	2.774	2.758
Mútuo com Partes Relacionadas	17	-	4.020	-	-
Investimentos	11	10.731	9.480	9.556	9.480
Imobilizado	12	10.717	13.893	12.079	15.477
Intangível		183	161	183	213

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
PASSIVO		**91.796**	**96.604**	**111.212**	**112.633**
Circulante		**85.284**	**85.070**	**101.652**	**99.277**
Fornecedores	13	9.615	16.783	12.170	22.671
Empréstimos e Financiamentos	14	3.217	4.089	3.247	5.071
Imposto de renda e contribuição social		4.144	-	4.819	-
Outros tributos a recolher	15	3.355	4.365	8.136	5.606
Obrigações trabalhistas e sociais		3.592	3.424	4.999	4.267
Contas a pagar a partes relacionadas	17	57.455	55.444	64.375	60.645
Arrendamento mercantil		1.237	590	1.237	590
Outras obrigações		2.669	375	2.669	427
Não circulante		**6.512**	**11.534**	**9.560**	**13.356**
Outros tributos a recolher	15	2.717	-	2.717	-
Provisão para contingências	16	544	1.370	544	1.370
Empréstimos e Financiamentos	14	2.400	5.600	5.448	8.648
Arrendamento mercantil		851	3.338	851	3.338
Provisão para perda em investimento	11	-	1.226	-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**101.916**	**108.249**	**121.332**	**124.278**
Patrimônio Líquido		10.120	11.645	10.120	11.645
Capital social	18	125.771	125.771	125.771	125.771
Reservas de capital	18	5.187	5.187	5.187	5.187
Prejuízos Acumulados	18	(120.490)	(118.965)	(120.490)	(118.965)
Outros resultados abrangentes	18	(424)	(424)	(424)	(424)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18	76	76	76	76

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro - *Em MR$*

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	19	177.954	212.577	198.016	220.925
Custo operacional	20	(154.931)	(192.110)	(169.301)	(198.379)
Lucro bruto operacional		23.023	20.467	28.715	22.546
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas operacionais	21	(60)	(11)	(69)	(24)
Despesas gerais e administrativas	21	(12.219)	(15.412)	(14.703)	(18.248)
Resultado de participação societária	11 e 21	4.432	(1.328)	2.032	702
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	21	(5.862)	(166)	(5.862)	(114)
Outros resultados operacionais	21	306	414	306	420
		(13.403)	(16.503)	(18.296)	(17.264)
Lucro operacional		9.620	3.964	10.419	5.282
Despesas Financeiras	22	(5.955)	(14.767)	(6.117)	(16.122)
Receitas Financeiras	22	1.762	732	1.800	769
Despesa financeiras líquidas		(4.193)	(14.035)	(4.317)	(15.353)
Lucro (prejuízo) antes do IR		5.427	(10.071)	6.102	(10.071)
IR e contribuição social					
Corrente	9	(6.953)	-	(7.628)	-
Diferidos		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(1.526)	(10.071)	(1.526)	(10.071)

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro - *Em MR$*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo do exercício	(1.526)	(10.071)	(1.526)	(10.071)
Total do resultado abrangente	(1.526)	(10.071)	(1.526)	(10.071)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro - *Em MR$*

Controladora e Consolidado

	Capital social	Reserva de capital Subvenções para investimentos	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/19	112.710	5.187	76	(424)	(108.894)	8.655
Aumento de capital	13.061	-	-	-	-	13.061
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.071)	(10.071)
Saldo em 31/12/20	125.771	5.187	76	(424)	(118.965)	11.645
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.526)	(1.526)
Saldo em 31/12/21	125.771	5.187	76	(424)	(120.490)	10.120

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro - *Em MR$*

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(1.526)	(10.071)	(1.526)	(10.071)
Ajustes por					
Imposto de Renda e Contribuição social corrente e diferido	9	6.953	-	7.628	-
Resultado de participação societária	11	(4.433)	1.328	(2.032)	(702)
Depreciação e amortização	12	5.803	5.011	6.091	4.102
Provisão para contingências	16	77	663	77	663
Reversão de provisão para contingências	16	(903)	(487)	(903)	(487)
Complemento/(reversão) de provisão para perda contas a receber de clientes	6	647	(304)	647	(401)
Provisão por deterioro de imobilizado	12	(164)	(142)	(164)	(142)
Baixa de imobilizado	12	1.529	1.352	1.529	2.349
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ajustado		**7.983**	**(2.650)**	**11.347**	**(4.689)**
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		5.827	(6.044)	1.988	(4.127)
Contas a receber interCia.		(107)	42	4	(69)
Contas a pagar às partes relacionadas		6.030	11.792	3.730	15.372
Adiantamentos a fornecedores		(204)	(1.141)	(2.238)	(2.812)
Impostos a recuperar		(15.081)	821	(18.704)	1.478
Estoque		(2.227)	(1.971)	1.266	(4.812)
Outros créditos		815	100	870	265
Fornecedores		(5.774)	5.499	(9.107)	9.069
Outros tributos a recolher		555	(885)	4.095	(2.430)
Parcelamento de IRPJ e CSLL		(1.312)	(596)	(1.312)	(598)
Obrigações trabalhistas e sociais		168	(537)	732	(816)
Outras obrigações e Obrigação por compra de ações		2.294	(2.160)	2.242	(2.175)
Caixa proveniente das operações		**(1.033)**	**2.270**	**(5.086)**	**3.656**
Juros recebidos		200	256	214	270
Juros pagos		(1.283)	(1.224)	(1.284)	(2.030)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(2.116)**	**1.302**	**(6.156)**	**1.896**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos		1.956	642	1.956	642
Aquisições de intangível	12	(82)	(28)	(82)	(81)
Aquisições de imobilizado	12	(3.931)	(5.030)	(3.945)	(5.044)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(2.057)**	**(4.417)**	**(2.071)**	**(4.483)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		-	13.060	-	13.061
Captação de arrendamentos		472	2.980	472	2.980
Captação de empréstimos e financiamentos		-	8.000	-	12.030
Amortização de arrendamentos		(2.767)	(3.168)	(2.767)	(3.168)
Amortização de empréstimos e financiamentos		(4.072)	(4.389)	(5.024)	(4.389)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**(6.367)**	**16.484**	**(7.319)**	**20.514**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(10.540)**	**13.369**	**(15.546)**	**17.927**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	22.778	9.409	28.277	10.350
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	12.238	22.778	12.731	28.277
		10.540	(13.369)	15.546	(17.927)

Notas explicativas: 1. Informações gerais: A SoEnergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A. ("SoEnergy" ou "Cia.") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do RJ/RJ e filiais nos estados do Amazonas, Espírito Santo, Pará, Paraná, Roraima e São Paulo. O endereço registrado do escritório da Cia. é rua da Assembleia 10/3510, Centro/RJ. A Cia. tem por atividades principais projetos de geração de energia, que envolvem o aluguel, operação, manutenção e venda de grupos geradores, importação e exportação de motores e compressores de grande porte, assim como na comercialização de suas partes e peças. A Cia. é controlada pela SoEnergy International Inc. ("Grupo"), com sede em Miami, EUA. Desde 2017 a Cia. atua no segmento de Controle de temperatura atendendo clientes com demanda de refrigeração industrial, em todo o território nacional. Além disso, a Cia. tem participação patrimonial na Brasympe Energia S.A. ("Brasympe"), que tem por objetivo específico a geração e a comercialização de energia elétrica, em todo o território nacional, na forma de produtor independente de energia elétrica e na SoEnergy Argentina S.A. ("SoEnergy Argentina") que atua no fornecimento de serviço de geração e comercialização de energia elétrica, bem como operação, manutenção, importação e exportação de geradores, transformadores, isoladores e de todos aqueles elementos e equipamentos que forem necessários e que sejam solicitados para o fornecimento da geração e venda de energia elétrica na Argentina e/ou no exterior. Ainda, a investida Brasympe possui investimento na UTE Termocabo S.A.("Termocabo"), uma usina termelétrica movida à óleo combustível, situada no Município do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, que é uma produtora independente de energia conectada ao Sistema Integrado Nacional (SIN) desde dezembro de 2007 e, atualmente, possui contratos de comercialização de energia com as distribuidoras participantes do leilão de energia A-3 de 2007. Em junho de 2014, a Cia. adquiriu 100% do capital votante da Vicel Participações S.A. ("Vicel"). Cia. atuante nos mercados de petróleo e gás e naval oferecendo serviços de venda de equipamentos, sistemas de automação e controle de tratamento de água e efluentes, dessalinizações, separadores de água e óleo, peças e serviços de instalação, manutenção, operação e comissionamento. Em janeiro de 2017 a Cia. assinou contrato com a Celpa para atender à 7 UTEs no Estado do Pará. Além disso, possui importantes contratos com Petrobrás, West Plaza Shopping e Roraima Energia, entre outros. As projeções de receita garantirão a manutenção dos negócios da Cia. além do suporte dos acionistas para investimento que poderão ser requeridos para o incremento das operações. Atualmente estão sendo feitos estudos para ampliação das atividades da Cia. em toda a região Norte, junto a entidades dos setores públicos e privados bem como o desenvolvimento das operações da Vicel no âmbito nacional e internacional. No ano de 2021 a Cia. apresentou lucro operacional bruto. O prejuízo do exercício foi decorrente da perda cambial registrada no resultado. Esta perda cambial, resultado da desvalorização de aproximadamente 8% (29% em 2020) do Real frente ao dólar dos Estados Unidos, incidiu sobre o saldo de Contas a pagar a partes relacionadas, que é decorrente do aluguel de geradores de sua controladora. A Cia. apresentou capital circulante líquido negativo em 31/12/21, influenciado, basicamente, pelo Contas a pagar a partes relacionadas, onde o mesmo está atrelado ao dólar que em 2021 apresentou uma valorização de aproximadamente 8% (29% em 2020) frente ao Real. Conforme divulgado na nota 17, esse valor a pagar é com a sócia majoritária da Cia., a SoEnergy International Inc., que para garantir a continuidade da SoEnergy Brasil seguirá monitorando o desempenho da SoEnergy Brasil a fim de garantir que esta possua condições de desempenhar seus negócios, sempre honrando os contratos com clientes e fornecedores. A Cia. segue reduzindo custos e despesas para melhorar a rentabilidade dos seus projetos e garantir resultado operacional positivo ao final de 2022. A Cia. não foi diretamente afetada pela pandemia do COVID-19. Todas as usinas continuaram operando normalmente e não houve nenhum ajuste relevante em termos de reestruturação organizacional. O faturamento mensal permaneceu dentro do previsto e não houve nenhum atraso no recebimento de clientes e pagamento a fornecedores. A emissão das Dfs. individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 13/07/22. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Dfs. estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação das Dfs. individuais e consolidadas:** As Dfs. foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo CPC. Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das Dfs., e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Dfs. foram preparadas com base no custo histórico como base de valor. A preparação de Dfs. requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Dfs., estão divulgadas na nota 3. **2.2 Consolidação:** As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a controladora obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. A empresa a seguir é controlada pela Cia. e é consolidada integralmente:

	País	% Participação no capital votante 2021	2020
Vicel Comércio Indústria e Serviços Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%

As informações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas contábeis adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais; (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados; e As empresas coligadas da Cia. são mensuradas utilizando o método de equivalência patrimonial e não são consolidadas:

	País	% Participação no capital votante 2021	2020
Brasympe Energia S.A.	Brasil	13,33%	13,33%
SoEnergy Argentina S.A.	Argentina	1,08%	1,08%

2.3 Conversão de moeda estrangeira: As Dfs. individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (Real) que é a moeda funcional da Cia.. As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, nas contas de receitas e despesas financeiras, respectivamente. Os itens incluídos nas Dfs. são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Cia. atua ("a moeda funcional"), que também é a moeda de apresentação - Real (R$). A Cia. apresenta saldo de variação cambial no patrimônio líquido, no grupo de Outros Resultados Abrangentes. Tal variação cambial é decorrente da aplicação da taxa de câmbio na conversão das Dfs. da investida SoEnergy Argentina, cuja moeda funcional é o Peso argentino. Tal variação cambial deverá ser reconhecida no Patrimônio Líquido, em conta específica, na proporção do investimento. A conta Ajuste acumulado de conversão, dentro do Patrimônio Líquido, que recebe tais lançamentos. Seu saldo será baixado apenas quando da baixa do investimento por alienação ou outro motivo. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como Empréstimos, no passivo circulante. **2.5 Ativos e passivos financeiros: 2.5.1 Classificação:** O grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio de resultado, e (ii) custo amortizado (inclui caixa e equivalente de caixa, contas a receber, contas a receber de partes relacionadas). Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: custo amortizado (Inclui: Fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos ou contas a pagar de partes relacionadas), ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.5.2 Reconhecimento e mensuração:** A Cia. reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cia. se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado, cujos custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e decrescidos de qualquer perda por *impairment*. **2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Cia. ou da contraparte. **2.5.4 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Cia. avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, A Cia. pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5.5 Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cia. baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **2.7 Estoques:** Os estoques são basicamente compostos por materiais de consumo que serão utilizados na prestação dos serviços de manutenção. Quando utilizados, serão tratados como custo ou despesa, no resultado do exercício. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, de acordo com a finalidade para a qual o estoque é mantido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda ou margem da prestação do serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas. **2.8 Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução do valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Cia. e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são demonstradas abaixo:

Máquinas e equipamentos	3 - 10 anos
Ferramentas de oficina	10 anos
Instalações, móveis e equipamentos de escritório	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em propriedades dee terceiros	Pelo prazo do contrato de aluguel
Usinas	Pelo prazo de execução contratual

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **2.9 Intangível:** Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, exceto pelo ágio, quando existente, que possui vida útil indefinida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativos é a seguinte: Software: 5 anos. **2.10 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros da Cia. estão representados por investimento em controlada, imobilizado, intangível e ágio. Esses ativos são revistos a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata. **2.11 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **2.12 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cia. tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A Cia. reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **2.14 IR e contribuição social correntes e diferidos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Dfs. e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Cia. sujeita à tributação. O imposto diferido é reconhecido com relação às perdas fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Dfs.. Um ativo de imposto de renda e contribuição social é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **2.15 Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **2.16 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Cia. é reconhecida como um passivo nas Dfs. da Cia. ao final do exercício, com base no estatuto social da Cia.. **2.17 Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita. ***(i) Produtor independente de Energia ("PIE"):*** A Cia. opera como PIE no contrato com a CELPA. A receita desta operação é reconhecida de acordo com a energia gerada, considerando o componente de combustível consumido, receita anual fixa e parcela de operação e manutenção. ***(ii) Receita de arrendamento operacional:*** A Cia. mantém operações de arrendamento de suas máquinas com seus clientes. A receita dessas operações é reconhecida no resultado pelo método linear no prazo do arrendamento/prestação de serviço e todos os riscos sobre esses aluguéis e arrendamentos são absorvidos pela Cia.. No começo de um contrato a Cia. define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. ***(iii) Prestação de serviços:*** A Cia. mantém com seus clientes contratos fixos de manutenção em equipamentos. Essa receita é reconhecida mensalmente no resultado, através de medições das atividades realizadas, durante toda a vigência do contrato. ***(iv) Receita com mercadorias:*** A Cia. efetua, em alguns de seus contratos, manutenção de equipamentos. Nestas manutenções a Cia. efetua a venda de peças, gerando assim receita com mercadorias. ***(v) Receitas financeiras e despesas financeiras:*** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e outras receitas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e outras despesas. Os ganhos e perdas cambiais são registrados em uma base líquida. **2.18 Reserva de capital:** A reserva para investimentos refere-se a obtenção junto a SUDENE, por parte da investida Brasympe Energia S.A., de benefício fiscal para redução de 75% do imposto de renda a recolher. Tal benefício não poderá ser distribuído aos sócios e constitui reserva de capital específica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social da Cia.. **2.19 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações e alterações de normas novas que ainda não entraram em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021: • Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"; • Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"; • Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"; • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" • Alteração ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis; • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro. Além disso, nenhuma alteração ou nova norma que entrou em vigor no exercício de 2021 foi relevante para a divulgação/apresentação das Dfs. da Cia. . **2.20 Benefícios a empregados:** A Cia. oferece a seus empregados benefícios como seguro de vida e assistência médica, entre outros. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência, e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício. **2.21 Reconhecimento da receita: Aluguel, operação e manutenção de geradores:** A receita de aluguel, operação e manutenção de geradores é baseada, basicamente, na disponibilidade de MW das UTEs, incluindo a parcela referente a O&M. A receita é reconhecida após a confirmação, por parte do cliente, de que os requerimentos contratuais foram atingidos. Desta forma, a administração da Cia. entende que não há possibilidade de contestação dos valores faturados e, consequentemente, reversão da receita reconhecida no período. **Venda de Energia:** O faturamento das vendas de energia é baseado na disponibilização da quantidade contratada de MW para cada uma das usinas que a Cia. mantém no estado do Pará. O reconhecimento da receita é efetuado após a confirmação, por parte do cliente, de que os MW contratados foram efetivamente disponibilizados. A confirmação, por parte do cliente, ocorre por meio do sistema eletrônico SCADA. Desta forma, a administração da Cia. entende que não há possibilidade de contestação dos valores faturados e, consequentemente, reversão da receita reconhecida no período. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação de Dfs. requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas na quais premissas e estimativas são significativas para as Dfs., estão relacionadas abaixo. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **(a) Estimativa de perda com as contas a receber de clientes:** A estimativa de perda registrada pela Cia. tem por base os títulos a receber referentes a contratos já encerrados, com clientes que não fazem mais parte do portfólio da Cia. e para os quais ações judiciais de cobrança estão em curso. Para os demais valores de contas a receber, vencidos ou a vencer, referente aos projetos em execução, a Cia. entende que não há base para estimativa de perda por conta da ausência de histórico de inadimplência com estes clientes. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A Cia. apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. A diretoria da Cia. tem a responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco, buscando sempre uma análise geral no âmbito mercadológico, financeiro e operacional com o objetivo de minimizar estes riscos. A diretoria tem como prática reportar mensalmente o desempenho orçamentário e os fatores de riscos que envolvem a Cia. para o conselho de administração e para a Matriz internacional. A cada trimestre são realizadas reuniões da Diretoria a fim de identificar, analisar e monitorar os riscos

SOENERGY
Sistemas Internacionais de Energia S.A.
CNPJ nº 03.818.451/0001-29

enfrentados para estabelecer estratégias e limites a serem seguidos. Com isso, as políticas e estratégias são revisadas regularmente a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Cia. , contribuindo, desta forma, para a gestão de risco. **(a) *Risco de crédito:*** A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A Administração estabeleceu uma política de crédito para cada instituição com a qual negocia, as quais foram divididas em 4 segmentos: Públicas (Municipais e Estaduais), Públicas (Federais), privados grande porte e Privadas pequenos porte. Para cada categoria é aplicado um determinado tipo de avaliação a fim de adequar a estrutura do cliente ao formato de negócio apresentado. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Cia. tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **(b) *Risco de liquidez:*** O risco de liquidez representa o risco de a Cia. enfrentar dificuldades em cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista. A abordagem da diretoria na administração de liquidez é de manter uma estrutura de caixa e capital, que garanta, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cia. . Para os empréstimos e financiamentos na aquisição de equipamentos e demais ativos, os mesmos são efetuados de maneira atrelada a novos contratos de aluguel de equipamentos, onde tais bens irão ser utilizados, minimizando dessa forma o risco da Cia.. Tipicamente, a Cia. garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros a vencer.

	Fluxo de caixa contratual - Controladora			
2021	**Valor contábil**	**Incluído juros**	**Menos de um ano**	**1 a 3 anos**
Empréstimos e Financiamentos	5.617	-	3.217	2.400
Fornecedores	9.615		9.615	-
Outras obrigações	2.669	-	2.669	-
Fornecedores partes relacionadas	57.455	-	57.455	-
Arrendamento	2.088	263	1.048	777
	77.444	263	74.003	3.177

	Fluxo de caixa contratual - Controladora			
2020	**Valor contábil**	**Incluído juros**	**Menos de um ano**	**1 a 3 anos**
Empréstimos e Financiamentos	9.689	-	1.822	7.867
Fornecedores	16.783	-	16.783	-
Outras obrigações	375	-	375	-
Fornecedores partes relacionadas	55.444	-	55.444	-
Arrendamento	3.928	695	858	2.375
	86.219	695	75.282	10.242

	Fluxo de caixa contratual - Consolidado			
2021	**Valor contábil**	**Incluído juros**	**Menos de um ano**	**1 a 3 anos**
Empréstimos e Financiamentos	8.695	-	3.247	5.448
Fornecedores	12.170	-	12.170	-
Outras obrigações	2.669	-	2.669	-
Fornecedores partes relacionadas	64.375	-	64.375	-
Arrendamento	2.088	263	1.048	777
	89.997	263	83.508	6.225

	Fluxo de caixa contratual - Consolidado			
2020	**Valor contábil**	**Incluído juros**	**Menos de um ano**	**1 a 3 anos**
Empréstimos e Financiamentos	13.719	-	5.852	7.867
Fornecedores	22.671	-	22.671	-
Outras obrigações	427	-	427	-
Fornecedores partes relacionadas	60.645	-	60.645	-
Arrendamento	3.928	695	858	2.375
	101.390	695	90.453	10.242

(c) *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Cia. . O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **(d) *Risco cambial:*** A Cia. está sujeita ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da moeda funcional, em sua grande maioria o Dólar Americano (USD). Devido a essa exposição, a Cia. monitora continuamente as taxas de câmbio com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas. A exposição da Cia. ao risco de moeda estrangeira é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Em milhares de R$	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Fornecedores no exterior	2.287	1.377	2.287	6.962
Contas a pagar Partes Relacionadas	57.455	55.444	64.375	60.645
Exposição Bruta do balanço patrimonial	**59.742**	**56.821**	**66.662**	**67.607**

(e) *Risco de taxa de juros:* O endividamento da Cia. está indexado a taxas de juros pré-fixadas, sendo que também existem empréstimos com variação do CDI e variação cambial sendo que estas possuem taxas de câmbio máximas pré-fixadas. Assim, a Administração entende que os empréstimos tomados no mercado oferecem riscos mínimos de oscilação de taxas de juros. A Cia. tem seus contratos indexados ao IGP-M e IPCA de forma a não sofrer aumentos de custos e despesas operacionais, visto que os empréstimos são tomados para aquisição de imobilizado. Em todas as captações, a Cia. avalia os riscos através de projeções em seus modelos financeiros, além das avaliações mensais que buscam seu risco minimizado, tanto pela flutuação do câmbio como pela variação da taxa de juros básica. **(f) *Análise de sensibilidade:*** A Cia. elaborou cinco cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de stress em cada fator de risco que compõe o instrumento utilizado pela Cia. e suas controladas e quantificar as variações de cada fator de risco. O fator de risco considerado relevante pela Administração é taxa de câmbio BRL/USD. Os cenários definidos nesta análise foram:

Cenário	Consideração	PTAX Base (31/12/2021): Impacto
I (provável)	Considerar as curvas e a taxa de câmbio de 31/12/2020.	R$ 5,5805
II	Considerar um choque positivo de 25% na cotação do dólar americano ("USD"). Este cenário seria negativo para a Cia. uma vez que aumentaria o saldo de seus passivos atrelados ao dólar dos Estados Unidos.	+ 25% = R$ 6,9756
III	Considerar um choque negativo de 25% na cotação do USD. Este cenário seria positivo para a Cia. pois reduziria o total de seus passivos atrelados ao dólar dos Estados Unidos.	- 25% = R$ 4,1854
IV	Considerar um choque positivo de 50% na cotação do USD. Este cenário seria negativo para a Cia. uma vez que aumentaria o saldo de seus passivos atrelados ao dólar dos Estados Unidos.	+50% = R$ 8,3708
V	Considerando um choque negativo de 50% na cotação do USD. Este cenário seria positivo para a Cia. pois reduziria o total de seus passivos atrelados ao dólar dos Estados Unidos.	- 50% = R$ 2,7903

A exposição em moeda estrangeira é composta em sua totalidade por USD. A valorização da USD frente ao Real poderá gerar impacto negativo na DRE através da despesa com variação cambial e também no fluxo de caixa da Cia. , por conta do efeito no montante das dívidas em moeda estrangeira. Por outro lado, caso o USD sofra desvalorização frente ao Real os impactos, na DRE e no fluxo de caixa, serão positivos. Abaixo encontra-se um resumo dos impactos para os cenários descritos acima:

	Valor de Referência (US$ mil)	Cenário I (R$ mil)	Cenário II (R$ mil)	Cenário III (R$ mil)	Cenário IV (R$ mil)	Cenário V (R$ mil)
Fornecedor - Exterior	410	2.287	2.859	1.715	3.430	1.143
Fornecedor - Parte relacionada	10.296	57.455	71.819	43.091	86.183	28.728
	10.705	**59.742**	**74.677**	**44.806**	**89.613**	**29.871**

4.2 Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **4.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

5. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldos em numerário e conta corrente	10.068	7.391	10.561	8.457
Saldos em aplicação financeira	2.170	15.387	2.170	19.821
	12.238	**22.778**	**12.731**	**28.277**

Os saldos em numerário e conta corrente são mantidos para fazer face às obrigações de curto prazo. Este saldo é composto por uma pequena quantia em caixa (fundo fixo) e por saldo em conta corrente bancária. O saldo em aplicação financeira visa remunerar o excedente de caixa da empresa. A Cia. possui aplicações em renda fixa, pós fixada, em CDB ICBC do Brasil, através da XP Investimentos, a uma taxa que remunera 104% do CDI.

6. Contas a receber de clientes

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Duplicatas a receber de clientes	30.497	35.600	36.906	38.323
(-) Provisão para perdas por redução no valor recuperável	(2.619)	(1.972)	(2.619)	(2.125)
	27.878	**33.628**	**34.287**	**36.198**

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Contas a receber de clientes - LP	98	1.022	98	1.022
	98	**1.022**	**98**	**1.022**

As contas a receber de clientes de longo prazo referem-se a parcelas a vencer em 2023 e depois, de contrato com West Plaza Shopping o qual foi contabilizado na modalidade de leasing financeiro. ***Perdas por redução do valor recuperável:*** O vencimento dos recebíveis na data das Dfs. era:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Não vencidos	27.798	32.541	31.770	34.954
Vencidos há 0-30 dias		1.598		1.717
Vencidos há 31-90 dias		192	2.047	206
Vencidos há mais de 90 dias - provisionado	178	320	568	344
	27.976	**34.650**	**34.385**	**37.219**

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial da provisão	1.972	2.276	2.125	2.526
Complemento / (Reversão) de provisão no período	647	(304)	494	(401)
Saldo final da provisão	2.619	1.972	2.619	2.125

Do saldo de provisão para perda em 31/12/2021, R$ 2.619 (R$ 1.972 em 2020), corresponde a valores a receber da Cia. Energética de Roraima. A Cia. possui ação judicial em curso visando garantir o recebimento de tais valores.

7. Impostos a recuperar e encargos		Controladora		Consolidado	
		2021	**2020**	**2021**	**2020**
Imposto de renda a compensar		4.955	4.233	6.428	5.325
Contribuição social a compensar		1.167	785	1.837	1.143
PIS/COFINS a recuperar		640	819	2.935	1.102
ICMS a recuperar	(a)	14.086		15.499	652
Outros impostos a recuperar		35	26	49	39
INSS a compensar		181	121	374	166
		21.064	**5.982**	**27.122**	**8.428**

(a) O saldo de ICMS a recuperar é referente a crédito, líquido de provisão para expectativa de deságio na venda (Nota 21), incidente sobre a aquisição de combustível para a operação de geração de energia elétrica no estado do Pará. A Cia. possui a expectativa de efetuar a venda deste crédito até o final do exercício de 2022.

8. Estoques	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Peças para reposição de maquinário	14.038	10.919	14.957	15.733
Lubrificante, óleo e gás	2.296	2.978	2.296	2.978
(-) Estimativa de perda de estoque	(2.286)	(2.077)	(2.286)	(2.478)
	14.048	**11.821**	**14.967**	**16.233**

A estimativa de perda do estoque refere-se a estoque de peças para manutenção de geradores que se encontram obsoletas e que contam com uma remota probabilidade de realização.

Apuração do imposto de renda e da contribuição social

Previsão para perda de estoque	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial da provisão	(2.077)	(1.408)	(2.478)	(1.809)
Reversão de provisão no período	478		879	
Consituição de provisão no período	(688)	(669)	(688)	(669)
Saldo final da provisão	(2.287)	(2.077)	(2.287)	(2.478)

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: O saldo de imposto de renda diferido ativo e passivo, apresentado pelo líquido no balanço, tem a seguinte origem: Controladora: O resumo da apuração do IRPJ e da CSLL correntes encontra-se abaixo:

	Controladora	
	2021	**2020**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e cont. social	5.427	(10.071)
Provisões trabalhistas e tributárias	(826)	176
Reversão de provisão para perdas das contas a receber de clientes	647	(103)
Provisão (reversão) para perda do estoque	210	669
Provisão referente ao deságio estimado na venda de crédito tributário	5.862	(142)
Constituição (Reversão) de provisão	(44)	(1.639)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(4.432)	(805)
Diferenças permanentes - Preço de tranferência	2.351	4.907
Resultado negativo de equivalência patrimonial	-	2.133
Contraprestação de arrendamento mercantil	2.420	-
Outras diferenças permanentes	732	899
Base de cálculo (Prejuízo fiscal)	12.347	(3.976)

	Controladora	
	2021	**2020**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e cont. social	5.427	(10.071)
Imposto calculado com a taxa nominal de 34%	(1.845)	3.424
Diferenças temporárias	(1.990)	352
Diferenças permanentes	(364)	(2.425)
Imposto diferido ativo não reconhecido	-	(1.351)
Crédito / (despesa) com imposto de renda e contribuição social	(6.953)	-

Movimento na base negativa de IRCS	Controladora	
	2021	**2020**
Saldo inicial da base negativa	94.697	90.721
Base negativa gerada (utilizada) no ano	(12.347)	3.976
Saldo final da base negativa	82.350	94.697

A Cia. apresentou lucro tributável para o IRPJ e base de cálculo positiva para a CSLL no valor de R$ 12.349 (prejuízo em 2020: R$ 3.977). O prejuízo fiscal do IRPJ e a base de cálculo negativa da CSLL, acumulados até 31/12/2021, e após alocação para utilização no PRT e PERT, ambos programas de recuperação tributária lançados pela Receita Federal do Brasil, é de
R$ 82.349 (2020: R$ 94.699). O prejuízo fiscal não está registrado contabilmente por conta do histórico de prejuízo da Cia. e suas projeções de lucro tributável futuro.

Movimento na base negativa de IRCS	Controladora	
	2021	**2020**
Saldo inicial da base negativa	94.698	90.721
Base negativa gerada (utilizada) no ano	(12.349)	3.977
Saldo final da base negativa	82.349	94.698

10. Outros créditos	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Crédito com funcionários	217	286	258	328
Importação em andamento			171	171
Despesas antecipadas			22	22
Seguros	165	1.175	165	1.199
Dividendos Brasympe	295	-	295	-
	677	**1.461**	**911**	**1.720**
Não circulante				
Depósitos judiciais	866	853	875	863
Cauções de Aluguéis	238	281	238	281
Garantias de Contratos	185	185	209	241
	1.289	**1.319**	**1.322**	**1.384**

Os depósitos judiciais são referentes a garantias de processos trabalhistas em curso. Os créditos com funcionários se referem a valores de adiantamento de férias e adiantamento para viagens. As garantias de contratos referem-se a retenções feitas nos recebimentos de alguns clientes e que serão reembolsados no final de cada contrato.

11. Investimentos: (a) Informações sobre as participações societárias

31/12/2021								
Investidas		**Participação**	**Quantidade de ações/quotas**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro Líquido (Prejuízo)**
Direta								
Brasympe		13,33%	34.658.000	150.370	47.204	103.166	207.492	15.244
Vicel Serviços		100%	2.655.000	20.590	19.416	1.174	20.062	2.401
SoEnergy Argentina		1,08%	4.392.526	851.734	546.060	305.674	241.627	243.714
Indireta								
Termocabo	(i)	60%	24.314	121.983	43.292	78.691	207.492	28.450

31/12/2020								
Investidas		**Participação**	**Quantidade de ações/quotas**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro Líquido (Prejuízo)**
Direta								
Brasympe		13,33%	34.658.000	130.849	34.199	96.650	82.433	5.264
Vicel Serviços		100%	2.655.000	20.052	21.278	(1.226)	8.348	(2.029)
SoEnergy Argentina		1,08%	4.392.526	876.404	730.303	146.102	193.081	62.476
Indireta								
Termocabo	(i)	60%	24.314	95.101	31.234	63.867	82.433	13.620

(i) Participação indireta na Cia. Termocabo através da investida Brasympe.

(b) Movimentações

Investidas	**31/12/2020**	**Provisão para perda em investimento**	**Capitalização**	**Ajuste acumulado de conversão**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**31/12/2021**
Vicel Serviços	(1.226)				2.401		1.175
Brasympe	9.481				2.032	(1.956)	9.557
Total	8.255	-	-	-	4.433	(1.956)	10.732

Investidas	**31/12/2019**	**Provisão para perda em investimento**	**Capitalização**	**Ajuste acumulado de conversão**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**31/12/2020**
Vicel Serviços	804				(2.030)		(1.226)
Brasympe	9.420				702	(642)	9.481
Total	10.224	-	-	-	(1.328)	(642)	8.255

Investidas	**31/12/2018**	**Provisão para perda em investimento**	**Provisão para impairment do Goodwill**	**Ajuste acumulado de conversão**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**31/12/2019**
Vicel Serviços	49				755		804
Brasympe	11.580				1.199	(3.358)	9.420
SoEnergy Argentina	-						-
Total	11.629	-	-	-	1.952	(3.358)	10.224

(i) O investimento na Brasympe é avaliado por equivalência patrimonial. Não obstante a Cia. possuir 13,33% do capital votante da Brasympe, a Cia. entende que possui influência devido a sua representatividade no Conselho de Administração da investida. (ii) A Cia. mantém participação na SoEnergy Argentina no percentual de 1,08% (1,08% - 2020). Todavia, o saldo do investimento foi reduzido a zero, uma vez que a participação da Cia. na investida não representa investimento relevante. **(c) Consolidado:** O saldo do consolidado refere-se aos investimentos na Brasympe e totaliza R$ 9.557 (2020: R$ 9.481). O resultado de equivalência gerado por essa Cia. foi de R$ 2.032 (2020: R$ 702). **12. Imobilizado:**

Controladora

Valor líquido	**Máquinas e equipamentos**	**Ferramentas**	**Instalações, imóveis e equipamentos de escritório**	**Equipamentos de informática**	**Veículos**	**Usinas**	**Construção em propriedade de terceiros**	**Ativo de Direito de Uso**	**Total**
Saldo em 31/12/19	**1.921**	**5.696**	**1.250**	**193**	**-**	**-**	**2.596**	**3.357**	**15.013**
Adições	161	1.222	59	21	-	1.425	-	2.142	5.030
Alienações	(1.245)	(94)	(5)	(8)	-	-	-	-	(1.352)
Reversão de impairment	142	-	-	-	-	-	-	-	142
Depreciação do exercício	(980)	(1.146)	(490)	(79)	-	(476)	-	(1.767)	(4.938)
Saldo em 31/12/20	**(1)**	**5.678**	**814**	**127**	**-**	**949**	**2.596**	**3.731**	**13.893**
Adições	1.264	423	541	94	-	1.442	-	167	3.931
Alienações	(734)	-	-	-	-	(750)	-	(46)	(1.530)
Reversão de impairment	165	0	0	0	-	-	-	-	165
Depreciação do exercício	(477)	(1.112)	(523)	(50)	-	(1.648)	-	(1.932)	(5.742)
Saldo em 31/12/21	**217**	**4.989**	**832**	**171**	**-**	**(7)**	**2.596**	**1.920**	**10.717**
Valor contábil líquido									
Em 31/12/21	**217**	**4.989**	**832**	**171**	**-**	**(7)**	**2.596**	**1.920**	**10.717**
Em 31/12/20	**(1)**	**5.678**	**814**	**127**	**-**	**949**	**2.596**	**3.731**	**13.893**

Consolidado

Valor líquido	**Máquinas e equipamentos**	**Ferramentas**	**Instalações, imóveis e equipamentos de escritório**	**Equipamentos de informática**	**veículos**	**Usinas**	**Construção em propriedade de terceiros**	**Ativo de Direito de Uso**	**Terrenos**	**Total**
Saldo em 31/12/19	**1.302**	**5.702**	**751**	**468**	**33**	**0**	**4.489**	**3.357**	**568**	**16.670**
Adições	161	1.222	59	35	-	1.425	-	2.142	-	5.044
Alienações	(1.245)	(100)	(5)	(297)	-	-	(702)	-	-	(2.349)
Reversão de impairment	142	-	-	-	-	-	-	-	-	142
Depreciação do exercício	(361)	(1.146)	9	(79)	(10)	(476)	(106)	(1.767)	(94)	(4.030)
Saldo em 31/12/20	**(1)**	**5.678**	**814**	**127**	**23**	**949**	**3.682**	**3.731**	**474**	**15.477**
Adições	1.264	423	541	108	-	1.442	-	167	-	3.945
Alienações	(734)	-	-	-	-	(750)	-	(46)	-	(1.530)
Reversão de impairment	165	0	0	0	-	-	-	-	-	165
Depreciação do exercício	(477)	(1.112)	(523)	(52)	(8)	(1.648)	(133)	(1.932)	(93)	(5.978)
Saldo em 31/12/21	**217**	**4.989**	**832**	**183**	**15**	**(7)**	**3.549**	**1.920**	**381**	**12.079**
Valor contábil líquido										
Em 31/12/21	**217**	**4.989**	**832**	**183**	**15**	**(7)**	**3.549**	**1.920**	**381**	**12.079**
Em 31/12/20	**(1)**	**5.678**	**814**	**127**	**23**	**949**	**3.682**	**3.731**	**474**	**15.477**

Controladora

	Máquinas e equipamentos	**Ferramentas**	**Instalações, imóveis e equipamentos de escritório**	**Equipamentos de informática**	**veículos**	**Usinas**	**Construção em propriedade de terceiros**	**Ativo de Direito de Uso**	**Total**
Custo de aquisição	38.993	20.224	11.766	1.763	44	18.344	2.596	5.956	99.687
Depreciação acumulada	(38.776)	(15.235)	(10.934)	(1.593)	(44)	(18.344)	-	(4.036)	(88.962)
Valor líquido contábil	**217**	**4.989**	**832**	**170**	**-**	**-**	**2.596**	**1.920**	**10.725**
Em 31/12/21	**217**	**4.989**	**832**	**170**	**-**	**-**	**2.596**	**1.920**	**10.725**

Consolidado

	Máquinas e equipamentos	**Ferramentas**	**Instalações, imóveis e equipamentos de escritório**	**Equipamentos de informática**	**Veículos**	**Usinas**	**Construção em propriedade de terceiros**	**Ativo de Direito de Uso**	**Terrenos**	**Total**
Custo de aquisição	39.859	20.224	11.766	1.778	82	18.344	3.788	5.956	381	102.179
Depreciação acumulada	(39.642)	(15.235)	(10.934)	(1.595)	(67)	(18.344)	(238)	(4.036)	-	(90.091)
Valor líquido contábil	**217**	**4.989**	**832**	**183**	**15**	**-**	**3.549**	**1.920**	**381**	**12.088**
Em 31/12/21	**217**	**4.989**	**832**	**183**	**15**	**-**	**3.549**	**1.920**	**381**	**12.088**

13. Fornecedores:	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Passivo circulante				
Fornecedores no país	7.328	15.406	9.883	15.709
Fornecedores no exterior	2.287	1.377	2.287	6.962
	9.615	**16.783**	**12.170**	**22.671**

14. Empréstimos e financiamentos:	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Passivo circulante				
Empréstimos bancários	3.217	4.089	3.247	5.071
	3.217	**4.089**	**3.247**	**5.071**
Passivo não circulante				
Empréstimos bancários - longo prazo	2.400	5.600	5.448	8.648
	2.400	**5.600**	**5.448**	**8.648**
Total	**5.617**	**9.689**	**8.695**	**13.719**

Controladora

Movimentação das dívidas 2020

Saldo Inicial	**Captações**	**Amortização de juros**	**Amortizações do principal**	**Provisão de juros**	**Saldo Final**
6.078	8.000	759	4.389	-	9.689

Movimentação das dívidas 2021

Saldo Inicial	**Captações**	**Amortização de juros**	**Amortizações do principal**	**Provisão de juros**	**Saldo Final**
9.689	-	1.033	4.072	-	5.617

Consolidado

Movimentação das dívidas 2020

Saldo Inicial	**Captações**	**Amortização de juros**	**Amortizações do principal**	**Provisão de juros**	**Saldo Final**
6.078	12.030	759	4.389	-	13.719

Movimentação das dívidas 2021

Saldo Inicial	**Captações**	**Amortização de juros**	**Amortizações do principal**	**Provisão de juros**	**Saldo Final**
13.719	-	1.446	5.024	-	8.695

Termos e cronograma de amortização da dívida (Consolidado)

				2021	2020
	Moeda	**Taxa de juros nominal**	**Ano de vencimento**	**Valor contábil**	**Valor contábil**
Empréstimo Daycoval	R$	CDI + 1,10% a.m.	2024	3.095	5.697
Empréstimo Itaú	R$	CDI + 1,12% a.m.	2020	-	22
Empréstimo ABC	R$	11,74 % a.a.	2023	5.600	8.000
				8.695	**13.719**

A garantia para o empréstimo com o banco Daycoval é o contrato com o West Plaza Shopping. Não existem covenants associados a estes contratos.

SOENERGY
Sistemas Internacionais de Energia S.A.
CNPJ nº 03.818.451/0001-29

15. Outros tributos a recolher:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRRF a recolher	17	11	20	13
PIS e COFINS recolher	317	502	3.066	1.712
ICMS a pagar	764	61	1.430	61
ISS a pagar	366	255	385	272
IPI a pagar	-	-	145	11
Parcelamentos a pagar - INSS	145	282	145	282
Parcelamentos a pagar - ISS	-	10	-	10
Parcelamento a pagar - PIS	-	-	214	-
Parcelamento a pagar - COFINS	-	-	985	-
Parcelamentos a pagar - PRT	832	1.109	832	1.109
Parcelamentos a pagar - IRPJ/ CSLL Estimativa	3.631	2.135	3.631	2.135
	6.072	**4.365**	**10.853**	**5.606**

16. Provisão para contingências: A Cia. é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros. A Administração, suportada por seus consultores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e ações trabalhistas e constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, demonstradas como se segue (Controladora e Consolidado):

	Trabalhistas e cíveis	Total
Saldo em 31/12/19	1.194	1.194
Provisões feitas durante o exercício	663	663
Reversão de provisão	(488)	(488)
Saldo em 31/12/20	1.370	1.370
Provisões feitas durante o exercício	77	77
Reversão de provisão	(903)	(903)
Saldo em 31/12/21	544	544

A Cia. possui depósitos judiciais vinculados às contingências no total de R$ 834 (2020: R$ 862), sendo R$ 131 referente aos processos cíveis e trabalhistas (2020: R$ 146) e R$ 703 referente aos processos tributários (2020: R$ 685), incluídos no ativo como Outros créditos (Nota 10). **Contingências passivas com risco possível:** O quadro a seguir (Controladora e consolidado) apresenta um resumo das contingências da Cia. , divididas por esfera de responsabilidade, cuja probabilidade de perda é possível e, consequentemente, não estão provisionadas.

Contingências possíveis, não provisionadas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Tributários (i)	20.717	20.717	20.717	20.717
Trabalhistas e cível (ii)	1.806	3.867	1.806	3.867
Saldo em 31 de dezembro	22.523	24.584	22.523	24.584

(i) Inclui R$5.161 de processos de ISS onde a parte réu questiona recolhimento de ISS em operações realizadas nos exercícios de 2003 e 2004, referentes a serviços de manutenção e supervisão de equipamentos, como também questiona ISS recolhido a menor em operações realizadas no período de outubro de 2003 a setembro de 2007, referente a locação de máquinas e equipamentos, como também recolhimento extemporâneo de ISS em operações realizadas no período de outubro de 2003 a março de 2004. Inclui, ainda, R$ 15.555 referente a impostos sobre admissão temporária de equipamentos cuja suspensão foi questionada, informalmente, pela Receita Federal do Brasil com base na real abrangência da Zona Franca de Manaus. ii) Inclui reclamações trabalhistas e dois pleitos cíveis decorrentes do contrato GNV. **Principais contingências possíveis da empresa coligada Brasympe e sua controlada Termocabo:** Em agosto de 2006, a Brasympe recebeu da SRF dois autos de infração referentes à exação do PIS e da COFINS, cujos valores históricos em 31/12/12 e 2011 eram de R$9.571 e R$44.403, respectivamente. Como alegação, a autoridade fiscal entendeu pela insuficiência do recolhimento do PIS e da COFINS, pois teria se mantido sob o regime da cumulatividade para fins de apuração dos referidos tributos. Acresceu, ainda, aplicação de multa de ofício de 75% sobre o valor dos tributos, com base no art. 44 da Lei nº 9.430/96 c/c art. 160 CTN, bem como art. 1º da Lei nº 9.249/95. A discussão dos mencionados autos de infração tramitou perante o CARF, com decisão desfavorável a Cia. . Em fevereiro de 2015, a Cia. foi intimada de decisão denegatória de recurso especial perante o CARF. No entanto, a Cia. possui ação judicial, proposta previamente aos sobreditos autos, em que discute a mesma matéria (processo 20053400025456-1). Em referido processo, a Cia. obteve êxito perante o TRF/DF e, atualmente, este processo tramita perante o STJ com recurso da Fazenda. Pelo princípio da concomitância, onde prevalece o procedimento judicial perante o administrativo, a Cia. será cobrada de mencionados autos de infração, estando esta exação sobrestada até o trânsito em julgado da decisão judicial. Em 31/12/21, o saldo atualizado dos referidos autos de infração é de R$ 128.581 (R$ 115.612 em 2020). Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Cia. , que classificaram este processo como de perda possível, a Administração da Brasympe não constituiu provisão para contingências. No caso de perda dos referidos processos, conforme estabelecido no termo de quitação do contrato celebrado com o Ministério de Minas e Energia (sucessor da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE), a Cia. buscará o ressarcimento. Em 12/01/09, a Termocabo recebeu auto de infração da SRF, no montante original de R$26.009, relativos à exação do PIS e da COFINS. Em 13/02/09, o referido auto de infração foi impugnado pela Administração da Termocabo junto à SRF. Em 2014, a Termocabo obteve êxito em julgamento do Recurso Voluntário no CARF, entretanto, a SRF ingressou com Recurso Especial. Em maio de 2017, por voto de qualidade do Presidente da Câmara Especial de Recursos Fiscais, a Termocabo restou sucumbente da causa que se encerrou em sede administrativa. Em novembro de 2017, a Termocabo ingressou com ação judicial protocolando uma Ação Anulatória de Débito Fiscal no TRF/DF. Em 2018 o juízo prolatou sentença favorável à Termocabo, sobrestando qualquer tipo de exação fiscal do débito em questão. A Cia. aguarda recurso obrigatório da Fazenda. Em 31/12/21, o saldo atualizado deste processo administrativo fiscal é de R$ 49.566 (R$ 48.086 em 2020), cuja probabilidade de perda é considerada possível. **17. Partes relacionadas:** A Cia. é parte do Grupo SoEnergy. Sua composição acionária está na Nota 18. Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Cia. com suas investidas (Brasympe, SoEnergy Argentina e Vicel Serviços) e com a sua controladora final (SoEnergy International Inc.).

Contas a receber		Controladora 2021	Controladora 2020	Efeito no resultado do exercício 2021	Efeito no resultado do exercício 2020
SoEnergy International Inc.	(a)	367	260	107	260
		367	**260**	**107**	**260**

Contas a receber		Consolidado 2021	Consolidado 2020	Efeito no resultado do exercício 2021	Efeito no resultado do exercício 2020
SoEnergy International Inc.	(a)	367	371	107	371
		367	**371**	**107**	**371**

Mútuo com partes relacionadas	Controladora 2021	Controladora 2020	Efeito no resultad o do exercício 2021	Efeito no resultad o do exercício 2020
Vicel Serviços		4.020	-	-
	-	**4.020**	**-**	**-**

O saldo de mútuo com a subsidiária Vicel foi liquidado em 2021.

Contas a pagar		Controladora 2021	Controladora 2020	Efeito no resultado do exercício 2021	Efeito no resultado do exercício 2020
Contas a pagar a Soe Inc.	(b)	53.409	51.839	21.049	32.336
Contas a pagar a Soe Colombia	(c)	4.045	3.605	153	46
		57.454	**55.444**	**21.202**	**32.382**

Contas a pagar		Consolidado 2021	Consolidado 2020	Efeito no resultado do exercício 2021	Efeito no resultado do exercício 2020
Contas a pagar a Soe Inc.	(b)	60.329	52.490	21.049	32.336
Contas a pagar a Soe Colombia	(c)	4.045	3.590	153	46
Contas a pagar a Soe Corp.	(d)		4.565		
		64.374	**60.645**	**21.202**	**32.382**

(a) referente a venda de imobilizado totalmente depreciado para a controladora SoEnergy International Corp. cuja moeda original é o dólar dos Estados Unidos. (b) referente ao aluguel de máquinas e compra de peças da controladora SoEnergy International Inc. (c) referente ao aluguel de transformadores e a contratação de serviços de manutenção registrado como fornecedores. (d) referente a cessão para a SoEnergy Corp. de dívida entre SoEnergy Brasil e a SoEnergy Inc. referente a importação de peças. **18. Patrimônio líquido:** **(a) Ações ordinárias:** Em 31/12/21 o capital social autorizado era composto de 5.537 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalizando R$ 125.771 (2020: R$ 125.771). Composição Acionária em 31/12/21:

Acionistas	Quantidade de ações (milhares)	% de Participação
SoEnergy International Inc	5.536	99,98%
James Patrick Fenton	1	0,02%
	5.537	100,00%

(b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Cia. poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das demais reservas de capital, exceder 30% do capital social. **(c) Dividendos:** O estatuto social da Cia. determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Em função dos prejuízos acumulados existentes a Cia. não efetuou o cálculo de dividendos a pagar. **(d) Ajustes de avaliação patrimonial:** O saldo de ajustes de avaliação patrimonial registra o ajuste de adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para as normas CPCs. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são realizados integral ou parcialmente, quando da depreciação/baixa dos ativos a que se referem. **(e) Outros resultados abrangentes:** O saldo da conta de outros resultados abrangentes é referente a ajuste acumulado de conversão decorrente de variação cambial do investimento da Cia. na SoEnergy Argentina.

19. Receita operacional líquida:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Aluguel	77.873	68.005	77.852	67.287
Geração de energia	98.042	148.111	98.042	148.111
Mercadoria	6.547	5.181	36.593	15.291
Serviço	15.722	12.769	18.505	16.857
Receita bruta	**198.184**	**234.067**	**230.992**	**247.546**
Menos:				
PIS e COFINS	(18.410)	(19.989)	(21.388)	(20.870)
ICMS	(1.029)	(334)	(6.684)	(1.869)
IPI	-	-	(1.766)	(561)
ISS	(786)	(638)	(865)	(674)
Impostos sobre vendas	**(20.225)**	**(20.962)**	**(30.703)**	**(23.974)**
Devoluções e abatimentos	(5)	(529)	(2.274)	(2.647)
Total da receita líquida	**177.954**	**212.577**	**198.015**	**220.925**

A receita de dois clientes do segmento de geração de energia da Cia. supera o percentual de 10% do total da receita, no valor total de R$ 131.594.

20. Custos:

		Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Pessoal		25.106	22.218	29.002	25.612
Peças e aluguéis de equipamentos		5.628	1.943	15.731	4.506
Serviços prestados		25.682	22.176	25.857	22.291
Depreciação e amortização		6.580	4.597	6.580	4.597
Frete		4.132	3.357	4.246	3.417
Aluguéis diversos		22.522	32.423	22.522	32.423
Custo com suprimentos		2.504	1.847	2.723	2.015
Combustível		66.420	97.103	66.420	97.103
Água, Energia e telefonia		1.100	1.002	1.100	1.002
Armazenagem		196	31	226	31
Criação / (reversão) de provisões		7.037	482	6.885	385
Custo com impostos e taxas		6.794	4.836	6.809	4.866
Multas		204	1.496	172	1.534
Crédito extemporâneo de impostos	(a)	(22.002)		(22.002)	
Outros custos operacionais		1.309	(2.764)	1.310	(2.766)
Apólice de seguros		1.721	1.363	1.721	1.363
		154.933	192.110	169.302	198.379

(a) O valor de crédito extemporâneo de impostos é referente ao reconhecimento de crédito de ICMS sobre a compra de combustível utilizado como insumo nas usinas termelétricas do estado do Pará.

Custos diretos	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Pessoal	25.106	22.218	29.002	25.612
Peças e aluguéis de equipamentos	5.628	1.943	15.731	4.506
Serviços prestados	25.682	22.176	26.261	22.695
Depreciação e amortização	6.580	4.597	6.176	4.193
Frete	4.132	3.357	4.246	3.417
Aluguéis diversos	22.522	32.423	22.522	32.423
Custo com suprimentos	2.504	1.847	2.723	2.015
Combustível	66.420	97.103	66.420	97.103
Armazenagem	196	31	226	31
Água, Energia e telefonia	1.100	1.002	1.100	1.002
	159.870	186.698	174.407	192.997
Outros custos	**Controladora 2021**	**Controladora 2020**	**Consolidado 2021**	**Consolidado 2020**
Criação / (reversão) de provisões	7.037	482	6.885	385
Custo com impostos e taxas	6.794	4.836	6.809	4.866
Apólice de seguros	1.721	1.363	1.721	1.363
Multas	204	1.496	172	1.534
Outros custos operacionais	1.309	(2.764)	1.310	(2.766)
Crédito extemporâneo de impostos	(22.002)		(22.002)	
	(4.937)	5.413	(5.105)	5.382
	154.933	192.110	169.303	198.379

21. Despesas operacionais:

		Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas operacionais					
Despesa com propaganda e patrocínio		60	11	69	24
Despesas gerais e administrativas					
Despesa com pessoal		4.008	7.605	5.497	9.458
Despesa com impostos e taxas		2.102	1.772	2.175	1.789
Despesas com serviços de terceiros		3.896	4.035	4.220	4.337
Despesas com aluguel e imóveis		383	451	471	592
Despesa com utilidades e serviços		406	247	491	379
Despesas com viagem		132	118	137	132
Depreciações e amortizações		235	297	523	501
Outras despesas		1.057	887	1.189	1.059
Resultado de participação societária					
Resultado de participação societária	(Nota 11)	(4.432)	1.328	(2.032)	(702)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos					
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	(a)	5.862	166	5.862	114
Outros resultados operacionais					
Receita de bens sinistrados			(304)		(304)
Outras receitas		(306)	(110)	(306)	(118)
		13.403	16.503	18.296	17.264

(a) O valor de perda por redução ao valor recuperável de ativos é referente a provisão para o deságio estimado na venda do crédito de ICMS sobre a compra de combustível para as usinas termelétricas em operação no estado do Pará. O percentual estimado do deságio foi de 30% do valor total do crédito de ICMS reconhecido contabilmente.

22. Receitas e despesas financeiras:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas financeiras				
Ganho em operação de Hedge	1.171	66	1.172	68
Rendimentos sobre aplicações financeiras	233	185	334	222
Juros sobre impostos e ativos financeiros	264	276	200	274
Descontos obtidos	(7)	116	(6)	116
Atualização monetária sobre créditos tributários	101	89	101	89
	1.762	732	1.801	769
Despesas financeiras				
Variação cambial passiva	(3.052)	(11.404)	(2.780)	(12.460)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.072)	(1.895)	(2.481)	(2.168)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(457)	(671)	(457)	(671)
IOF	(82)	(102)	(85)	(102)
Perda em operação de Hedge	(112)	-	(112)	-
Outras despesas financeiras	(180)	(695)	(202)	(722)
	(5.955)	(14.767)	(6.117)	(16.123)
	(4.193)	(14.034)	(4.316)	(15.354)

Em 2021 e 2020, em decorrência da desvalorização do Real frente ao Dólar americano, a Cia. apresentou resultado negativo com variação cambial. A referida variação cambial foi calculada tomando por base o passivo com partes relacionadas mantido na referida moeda estrangeira. **23. Remuneração do pessoal chave da Administração:** A remuneração total paga em 2020 aos membros chave da Administração da Cia. totalizou R$ 1.035 (2020: R$ 2.443). **24. Cobertura de seguros (não auditado):** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Cia. considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante que operam no setor. As principais coberturas de seguro contratadas são:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante de cobertura	Vigência	Seguradora
Transporte Internacional	Transporte de grupos geradores, transformadores, painéis.	R$ 40.000	de 22/05/22 a 22/05/23	Allianz
D&O (Resp. Civil Diretoria/Adm.)	Danos causados a terceiros em consequência de fato gerador praticado no exercício das funções dos administradores da Cia. .	R$ 15.000	10/06/22 10/06/23	Berkley
Responsabilidade Civil (Geral)	Danos causados a terceiros.	R$ 5.653	de 23/05/22 a 23/05/23	Chubb
RD Equipamento Paulinea	Chillers, bomas hidráulicas e aparelhos de ar condicionado.	R$ 3.362	10/05/22 10/05/23	Sompo
Transporte Nacional (Terrestre)	Transporte de grupos geradores, transformadores, painéis.	R$ 2.500	de 30/06/22 a 30/06/23	Tokio Marine
Responsabilidade Civil (operacional)	Seguro garantia para a prestação de serviços e operação.	R$ 1.000	de 23/05/22 a 23/05/23	Sompo
All Risc (Riscos Nomeados)	Incêndio, quebra e danos elétricos em máquinas	R$ 115.000	15/01/22 16/07/23	Chubb
Erros e Omissões (E&O)	Responsabilidade civil	R$ 10.000	01/01/21 31/12/23	Zurich
RC Ambiental	Contaminação do solo, poluição sonora, etc.	R$ 8.000	26/11/21 26/11/22	Chubb

Adicionalmente, a Cia. mantém apólices específicas para responsabilidade civil e financeira. As apólices de responsabilidade civil abrangem todas as unidades da Cia. e levam em conta a distribuição física dos bens em diferentes pontos do território nacional. **25. Eventos Subsequentes: Contratos:** 1. Em 28/01/22 a Cia. assinou aditivo contratual com a Roraima Energia S.A. prorrogando os prazos contratuais das usinas de Distrito e Novo Paraíso, conforme abaixo: ● Término do prazo de execução prorrogado pra 30/01/23; ● Término do prazo de vigência prorrogado para 30/04/23; 2. Em 18/02/22 a Cia. assinou contrato com a Barra Bonita Óleo e Gás Ltda para o aluguel de equipamentos e prestação de serviços de operação e manutenção de usina termoelétrica de geração a gás com capacidade instalada de 9 MW.

Contador e responsável legal da SoEnergy: Jorge Edimer Riano Montano - Diretor estatutário;
Roberto Rodrigues Alves Junior - Diretor estatutário e Contador - CRC-RJ 094612/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
SoEnergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A.
Opinião: Examinamos as Dfs. individuais da SoEnergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/21 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as Dfs. consolidadas da SoEnergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/21 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as Dfs. acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SoEnergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A. e da SoEnergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A. e sua controlada em 31/12/21, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Dfs. individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas Dfs. individuais e consolidadas:** A diretoria da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Dfs. individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Dfs. livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Dfs. individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Dfs., a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Dfs. individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Dfs. individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Dfs.. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Dfs. individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos eexecutamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Dfs. ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Dfs. individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas Dfs. representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as Dfs. individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. RJ, 13/07/22. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5. Gustavo José Pimentel Sardinha - Contador - CRC 1RJ096375/O-0.

Tecnologia, mídia & telecomunicações lideram fusões & aquisições na AL

Privatização da Eletrobras foi o destaque.

O setor de fusões & aquisições mostra um mercado global aquecido. No que diz respeito a América Latina, os dois setores líderes em transações foram tecnologia e mídia & telecomunicações com 32 negócios; e energia, mineração e utilidades, com 14. O Brasil é um dos destaques na região, tendo registrado 13 transações no Top 20 do trimestre, respondendo por 65,1% do valor total das transações na região.

Os dados são do relatório Horizons, produzido pela BDO, cuja projeção é de que, no mundo, o volume de negócios no terceiro trimestre de 2022 supere em 25% os níveis pré-Covid. O relatório também sugere que o Brasil, apesar do cenário de incertezas, é solo fértil para setores como tecnologia, mídia & telecomunicações e serviços financeiros.

"O aumento da inflação e das taxas de juros, bem como as eleições presidenciais que se aproximam, trazem incertezas para este segundo semestre. Esse cenário, no entanto, é favorável para investidores bem capitalizados que buscam oportunidades de consolidação", afirma Romina Lima, sócia da BDO.

Um dos destaques do período foi a privatização da Eletrobras, que teve a participação da empresa de auditoria e consultoria BDO Brasil, com a realização de Due Diligence, e se configurou como a maior oferta de utilities desde 2010 no mundo, a maior oferta no Hemisfério Ocidental neste ano, a maior privatização desde 1998 no Brasil e a segunda maior oferta de ações da história do país.

As projeções, de acordo com os dados do estudo, são otimistas para a região. A América Latina representa atualmente aproximadamente 6% do mercado global, com 588 acordos anunciados ou em andamento, conforme mostrado no BDO Heat Chart, o que reflete um aumento, uma vez que normalmente responde de 4 a 5% do mercado global. Espera-se que tecnologia, mídia & telecomunicações seja o setor mais aquecido, com 207 potenciais transações, seguidos por serviços financeiros (113), serviços empresariais (86) e energia, mineração e utilidades (53).

Já a retomada no setor de fusões e aquisições nos EUA pode beneficiar negócios e investimentos brasileiros. O crescimento acelerado que se viu no setor de tecnologia tem sido substituído pela busca por quem apresenta resultados e planos de médio e longo prazo. É o que avalia Carlos Lobo, sócio do escritório Hughes Hubbard & Reed LLP.

"Os ajustes de mercado que afetaram setores mais sensíveis, como streaming e as áreas de tecnologia, foram acompanhados por um movimento de consolidação a partir de fusões e aquisições. E o Brasil pode se beneficiar disso, seja em território nacional, seja em operações na América Latina".

Para ele, a consolidação de negócios pode abrir novas oportunidades para o país e deve se reforçar depois das eleições. As operações de fusões e aquisições podem ser vantajosas para empresas do próprio setor de tecnologia que visualizam um ganho após severos impactos no primeiro semestre. No entanto, as empresas brasileiras de tecnologia que planejam levantar capital nos EUA devem estar preparadas para exigências mais rigorosas, como Ebitda positivo e planos concretos de expansão.

Outro aspecto que pode aquecer o mercado é uma tendência nos EUA de aproximar cadeias de suprimento e reforçar sua participação entre os vizinhos. "Como as relações com a China têm ficado mais complicadas, é natural que os EUA olhem para o Brasil e a América Latina como um todo. O capital americano deve investir na região para estruturar cadeias de fornecimento e mercados de forma a reduzir sua dependência dos chineses".

O especialista destaca que os ajustes também direcionam os investimentos para setores tradicionais e empresas mais maduras do ponto de vista de negócio. Diferentes dos unicórnios, as empresas "camelo" não são particularmente conhecidas como inovadoras, mas apresentam resultados consistentes e planos de crescimento mais sóbrios. Ganharam o apelido por "resistirem ao deserto até chegarem aos objetivos".

"Companhias que conseguirem se adaptar e desenvolver planos mais conscientes serão fortes candidatas para fundos de private equity e outros investidores", diz Lobo.

Três perguntas: Open Insurance e o início da Fase II

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o início da Fase II do Open Insurance com Iza Thereza Neves, especialista de produto Open Insurance e Product Owner da Zappts.

Como está a implantação do Open Insurance?

A Fase I do Open Insurance já terminou. Esta fase foi composta apenas pelo compartilhamento de dados das seguradoras como localização, prateleira de serviços e um portal mais adequado. Isso era uma coisa que a maioria delas já tinha, principalmente as maiores, as chamadas S1 e S2.

Com relação à Fase II, que se inicia no dia 1º de setembro, a Susep fez a alteração do seu final, que passou de dezembro de 2022 para junho de 2023. Com isso, ela terminará junto com a Fase III, que começará em dezembro de 2022. Até meados de julho, nós estávamos recebendo muitos contatos de seguradoras para se regularem, mas com a postergação do final da Fase II, o mercado desacelerou, já que passou a contar com junho de 2023 para cumprimento desse prazo.

O que vai acontecer na Fase II?

Com a Fase II, se inicia o compartilhamento de dados pessoais do consumidor. A partir desta fase, o consumidor poderá compartilhar seus dados de seguros como apólices, endossos e sinistros. Um detalhe: o consumidor poderá escolher que dados ele quer compartilhar.

Toda a jornada de consentimento será bem parecida com o Open Banking (agora Open Finance), com o consumidor podendo levar seus dados de uma sociedade transmissora para uma sociedade receptora.

Contudo, a Susep fez uma coisa diferente do Open Banking ao dar um range de prazo para o compartilhamento. Assim, o cliente poderá compartilhar seus dados de 6 até 36 meses. Ele não tem um prazo fixo de 12 meses estipulado.

Esse processo será feito mediante a autorização do detentor dos dados. Esse pilar do Open Insurance é o que coloca o cliente no centro, no poder da decisão.

Já é possível vislumbrar os produtos que serão possibilitados pelo Open Insurance, quando eles chegarão ao mercado e como ficarão os corretores?

Sim, já é possível vislumbrar os produtos. Nós temos conversado com muitas seguradoras e eu participei do Insuretech Brasil. Muito se fala em marketplaces, comparadores de seguros e White Labels com a jornada de consentimento, que inclusive é a solução que temos aqui na Zappts. Recentemente, nós vimos um sistema que funcionava como um Buscapé de seguros. Um cliente pesquisava por um determinado produto ou serviço, e ele trazia todas as opções existentes em conformidade com a pesquisa feita, destacando o melhor preço ou a melhor comodidade.

Um assunto que foi muito falado no Insuretech Brasil é a questão dos seguros embutidos. Isso já existe. Por exemplo, quando um cliente vai comprar uma passagem de avião e adiciona um seguro, ele não tem uma seguradora, mas sim um seguro embutido na prestação de serviço do voo. As insuretechs já estão atuando nisso. No futuro, o cliente que der um start numa corrida de Uber estará protegido de um acidente. Para o motorista, ele estará protegido enquanto estiver em movimento, atuando pelo aplicativo.

Com a Fase III, haverá a possibilidade de se iniciar um serviço de seguro no portal de uma Sociedade Iniciadora de Seguros (SIS), sem a necessidade de um corretor, ou até mesmo no site da própria seguradora.

Se os prazos forem mantidos, eu acredito que no início de 2024 os clientes terão acesso a esses produtos, sendo que os produtos que tratam de jornada de consentimento e compartilhamento de dados dos consumidores já estarão disponíveis em junho de 2023. Isso é obrigatório já que as seguradoras precisam estar reguladas com a determinação da Susep.

Com relação aos corretores, até agora eles não entraram no Open Insurance. O que foi disponibilizado pela Susep é que o corretor pode participar do processo se transformando numa SIS, mas não é tão fácil fazer isso. É necessário atender uma série de regras da Susep e ter um capital de R$ 1 milhão. Talvez haja espaço para as corretoras se tornarem uma SIS, iniciando os serviços de seguros, mas a ideia do Open Insurance é justamente que o cliente não precise mais buscar o corretor.

Se um cliente quiser renovar o seguro do seu carro, as opções de renovação aparecerão dentro de um aplicativo. Se ele achar conveniente, faz a contratação. Se não achar, ele pode buscar, digitalmente, aquele tipo de seguro em outra seguradora.

Muitos corretores que participaram do Insuretech Brasil questionaram isso, sem que alguém conseguisse lhes dar alguma explicação. O superintendente da Susep, Alexandre Camillo, abriu o Insuretech Brasil dizendo que não desampararia os corretores e que enxerga onde eles serão encaixados.

Talvez isso seja mais visível para a Susep, mas os próprios corretores, seguradoras e insuretechs não estão enxergando os corretores no Open Insurance. Somente por meio de uma SIS.